



Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais

Revista Trimestral

LISBOA

Director

N.º 14

O Inspector das Bibliotecas, Museus e Arquivo
Histórico Municipais — Joaquim Leitão

Outubro

1934

a Dezembro

COLABORADORES

A. VIEIRA DA SILVA, AFONSO DE DORNELAS,
ALBINO FORJAZ DE SAMPAIO,
ANTONIO BALÃO, ARTUR DA MOTA ALVES, COSTA VEIGA,
FIDELINO DE FIGUEIREDO, GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA,
HENRIQUE CAMPOS FERREIRA LIMA,
JOÃO DA SILVA CORREIA, JUAN TENA FERNANDEZ,
JÚLIO DANTAS, LARANJO COELHO,
LUÍS DE FREITAS BRANCO, LUÍS DA CUNHA GONÇALVES,
LUÍS DE MACEDO, Prof. MOSÉS BENSABAT AMZALAK,
QUIRINO DA FONSECA, SAMPAYO RIBEIRO,
JOAQUIM LEITÃO, ETC., ETC.

Anais das Bibliotecas,
Museus e Arquivo Histórico Municipais

Oferta
- 1. NOV. 1998

Inspeção das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais de Lisboa

Anais das Bibliotecas Museus e Arquivo Histórico Municipais

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

ANO IV — N.º 14 — 1934

Dirigida por Joaquim Leitão

Inspector das Bibliotecas,
Museus e Arquivo Histórico Municipais de Lisboa



Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais

ANO IV

LISBOA — OUTUBRO A DEZEMBRO DE 1934

N.º 14

Uma festa no Palácio de Queluz em 1795

Quando há meses o telégrafo me trouxe a nova de que um incêndio estava devorando o histórico palácio de Queluz, veio-me à lembrança um interessante manuscrito actualmente existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e que outrora pertencera à biblioteca do referido palácio.

Esse curioso manuscrito, que presumo fôsse uma memória apresentada, do qual já tinha feito cópia e fotografias, é uma exposição narrativa das festas que em 1795 se realizaram em Queluz quando do baptisado do Príncipe da Beira, D. António, filho de D. João VI e de D. Carlota Joaquina.

Além da parte descritiva contém o mesmo duas plantas desdobráveis, uma representando a colunata então construída e outra a planta do palácio com a disposição que as diversas salas tomaram para as referidas festas, trabalhos estes atribuídos ao architecto Manuel Caetano de Sousa, o mesmo que ideou e dirigiu a construção do anfiteatro no Terreiro do Paço para as corridas de touros, realizadas quando da celebração das festas a que acima me refiro.

No erudito trabalho História do Palácio de Queluz do Sr. António Caldeira Pires e cujos dois grossos vo-

lumes li com a atenção devida, não encontrei qualquer referência a estas festas, ignorando se no terceiro volume que ainda não possuo, há a descrição do baptisado do Príncipe D. António. Duma maneira ou de outra, creio que as notas que dou possam levar algum interesse aos estudiosos do velho e histórico palácio e só isto me anima a publicá-las.

O manuscrito, catalogado sob o n.º I-13-3-36 da respectiva secção, compõe-se de umas quatorze fôlhas de papel encorpado com marca de água, medindo cada uma 28^{cm},5 de altura por 20^{cm},5 de largura, com duas plantas desdobráveis, e devidamente encadernado.

No verso da primeira fôlha que serve de portada e que também fotografei, existe o ex-libris da Real Biblioteca, reproduzido ainda em outras fôlhas do mesmo manuscrito, autenticando assim ter o mesmo pertencido à Real Biblioteca e um dos muitos specimens para aqui vindos com D. João VI.

Rio de Janeiro, Nov. 1934.

ARTUR DA MOTTA ALVES.

Do Instituto de Coimbra
Do Instituto Portuguez de Heraldica

Nasceo o Serenissimo Principe da Beira Nosso Senhor no dia 21 de Março deste presente anno, pellas 7 horas e 40 minutos da tarde, e determinarão seus Augustos Pais, que fosse baptisado na tarde do dia 4 de Abril, Dia em que a Igreja celebrava a Vigilia Paschal da Gloriosa Ressureição de Jesus Christo e forão seus Padrinhos o Santissimo Padre Pio VI e S. Mag.^e a Rainha Catholica, e servio por Esta o Serenissimo Senhor Infante D. Pedro Carlos, e por aquelle o Em.^o Cardeal Nuncio Apostolico.

Foi denominado o Serenissimo Baptisando o Senhor D. Antonio, Francisco de Assis, Pio, Luis, Joaquim, João, Carlos, José, Bento, Xavier, de Paula, Pedro de Alcantara, Rafael, Miguel, Isidoro, Gonzaga.

Como S. Magestade e Altezas, que Deos Guarde estejam presente-mente rezidindo no Palacio de Queluz, e a Capella publica deste não tenha toda a extensão perciza para a sumptuosa pompa com que os Serenissimos Principes destes Reinos costumão ser baptisados pelo Em.^o

17831
Garração

do Solemne Baptismo

do Serenissimo Senhor

Antonio

Principe da Beira.

Celebrado no Real Palacio de
Luelus.

No dia 4 de Abril do anno de 1795.



Capellão-Mor de S. Magestade Fidelissima o Cardeal Patriarcha de Lisboa, concorrendo igualmente a este brilhante acto toda a côrte Ecclesiastica, e Civil, houve por bem Sua Alteza Real o Serenissimo Principe do Brasil Nosso Senhor mandar que em duas magnificas Salas do seu mencionado Palacio se figurasse a Santa Igreja Patriarchal onde por ser a Capella Real se costumavão praticar semelhantes acçoens: igualmente determinou, que junto a entrada do dito Palacio da parte Norte se construisssem tres grandes salas na primeira das quais e figurava a Porta do dito, e destas para o exterior da Praça se formava hua vistosa columnata, que terminava na Entrada da parte leste, que dava serventia ás salas, que servião de Igreja, demonstradas nas suas configuraçõens geometricamente nas Plantas que, debaixo das ordens de Sua Alteza Real o Principe Nosso Senhor deliniou o Coronel Engenheiro Manuel Caetano de Sousa, de accordo com o Beneficiado José Rebello de Seabra, Inspector e Mestre de Cerimonias da Santa Igreja Patriarchal.

(Nesta altura está intercalada a planta da columnata e segue-se a descrição das medalhas, cada uma com uma inscrição em latim).

Pellas tres horas da tarde do referido dia 4 de abril começou a concorrer a côrte com a mais lus-

troza pompa; entre a qual se distinguão principalmente Suas Altezas os Serenissimos Senhores D. Antonio e D. José, o Em.^o Cardeal Patriarcha Capellão-Mor, que desembarcou a Entrada das Sallas que servião de Igreja; e ahi foi recebido pella maior parte do Clero de Mestres de Cerimonias, e Acolitos & E o Em.^o Cardeal Nuncio Apostolico que desembarcou á Porta das novas Salas construídas para figurarem as primeiras de entrada do Paço, e ahi foi recebido pelo Mestre Sala, e o Capitão da Guarda Real.

O respectivo Estado de cada hum se vê nos Dezenhos seguintes que declarão particularmente cada hũa das suas respectivas Equipagens.

Tanto que chegou o Em.^o Nuncio se começou a ordenar a pompoza comitiva que acompanhava diante o Serenissimo Baptizando da maneira seguinte:

Os porteiros de canna de capa e volta, e seis destes com suas maças de prata ao hombro exterior.

Os Reys de Armas, Arautos, e Passavantes com suas cotas bordadas de oiro com as Quinas Portuguesas e guarnecidas de Castellos tambem doirados.

Moços de Camara, e mais creados da Caza Real todos ricamente fardados, com hum magnifico uniforme novo, que pella primeira vez

servio fazendo hũa brilhante e pompoza vista.

O Corregedor do Crime da Corte, e caza.

O Porteiro da Camara de Sua Magestade.

Os Grandes, e Titulos da Corte.

O Marquez de Valença com a corôa de Maçapão.

O Marquez de Minas com a veste candida.

O Duque de Cadaval com o cirio.

Dos lados de cada hũm dois Moços Fidalgos.

Os Padrinhos e immediato o Serenissimo Senhor D. Antonio.

O Serenissimo Principe do Brasil Nosso Senhor acompanhado pelos officiais da Casa Real, e Gentis Homens de Camera.

O Serenissimo Baptizando conduzido nos braços do Mordomo mor da Serenissima Princeza do Brasil Nossa Senhora indo aos seus lados como ajudando-o dois Moços Fidalgos, a Marqueza Aia e ultimamente as Serenissimas Princeza da Beira (ao colo de sua Dama) e a Princeza do Brasil a Senhora D. Maria Benedicta acompanhadas da Camareira mor, e Damas.

Destá forma caminharão desde a Sala das Colunas onde esperava quaze toda a corte pella gallaria e sala das insignias onde os mencionados Fidalgos as receberão, e se armou o Palio em cujas varas pegavão oito Marquezes mais antigos depois dos das Insignias, e daqui athe á Igreja he que foi conduzido

debaixo delle o Serenissimo Baptizando.

Emquanto estas coisas se dispuñão se preparava na Camara de paramentos o Em.^o Cardeal Patriarcha, e junto com seu collegio dos Ex.^{mos} Principais se veio situar a entrada da primeira Quadratura a esperar o Serenissimo Baptizando, e mais Pessoas Reais.

Logo que o Em.^o Cardeal Patriarcha chegou à porta da Igreja, começou a entrar o acompanhamento Civil que na forma sobredita tinha sahido do Paço, e vindo pela colonata abuscar esta entrada, e para o vão da caza, que restava do fim da Quadratura se forão acomodando sem ordem.

O Serenissimo Baptizando foi conduzido p.^a o primeiro leito aonde se achava a Ama de Leite, e todos os preparos para de novo se vestir se necessario fosse, acompanhado do Padrinho, que nunca o largou, e o Serenissimo Principe do Brasil Nosso Senhor, e mais Pessoas Reaes depois da Asperção da agoa benta na forma do costume, seguindo o Em.^o Patriarcha forão para os seus respectivos thronos, e os Ex.^{mos} Principais para a sua Quadratura, e os Ill.^{mos} Prelados Mitrados, e Prototonarios para os seus respectivos bancos e os Subdiaconos, e Acolitos Patriarchais em turma para a cabeceira do banco Diaconal.

Estando todos nos seus respectivos logares se começou a função Ecclesiastica recebendo o Em.^o Pa-

PROPECTO DA COLUMNATA ERIGIDA NO REAL PALACIO DE QUELUS PARA O BAPTISMO DO SERENISSIMO SENHOR DOM ANTONIO PRINCIPE DA BEIRA



AAA Iluminação de Serpentina de quatro limes com que se ornou toda a Columnata.

Leste

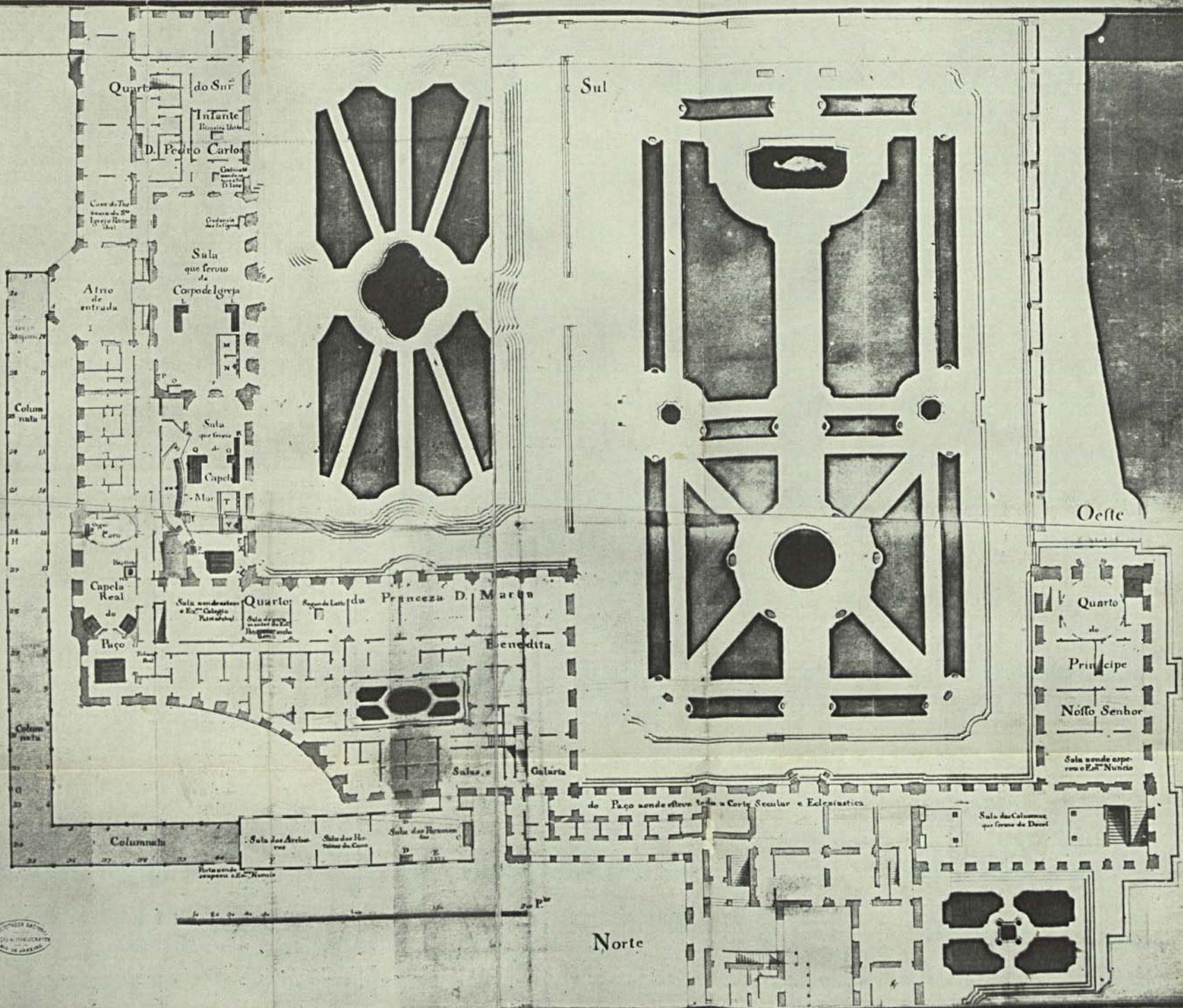
Sul

Oeste

Norte

Exptenção de todo o pavimento com que guarnece as Salas e Columnata

- C. Quando a Ordenação por D.ºnhe D.ºnhe, a do Sepulchro Vello cardido, Circo, e Coroa de Manopá.
- D. Credencia em que estava a Maria deprata para os Herdeiros da Casa.
- E. Lugar onde estava o Filho real.
- F. Lugar onde estava o primeiro tom de Timbal de Ranza.
- G. Lugar onde estava a segunda Tom de Timbal de Ranza.
- H. Lugar do terceiro tom de Timbal de Ranza.
- I. Lugar onde estava o Timbal de Ranza antigo e terceiro de Chama e de Atalica e Sueluthas.
- L. Princesa Quarta de Príncipe.
- M. Trono de Sua Alteza Ranza.
- N. Trono de Sua Embraxia.
- O. Credencia da Inanda de Sua Em.
- P. Credencia em que estava o balcão Segundo da Quarta de Príncipe.
- R. Banco dos Príncipe de Saló.
- S. Banco dos Monarchas Mitral.
- T. Segundo Trono de Sua Alteza Ranza.
- V. Segundo Trono de Sua Embraxia.
- X. Banco dos Monarchas Trono de Sua Embraxia.
- Z. Sala Chaptoria para a Recepta das Uncoas.
- Y. Quando credencia de pompa, onde estava a Pia deprata lavada, adovada para o Baptismo.
- M. Credencia da Lavanda.
- Cureta dos Quartos Offica.
- Cureta da Monda terra, e do Almoaral.



*Plano de D.ºnhe
de João de Deus
Rio - 1734*



triarcha a obdiencia dos Ex.^{mos} Principais que imediatamente se paramentarão de paramentos roxos bordados de oiro, como também os Ill.^{mos} Prelados Mitrados e os Subdiaconos, e Acolitos Patriarchais vestirão as suas Cottas, depondo todos as Capas Magnas, que trazião; e emquanto isto se fazia, se tocavão armoniozas sinfonias.

Tanto que todos se aprontarão foi conduzido o Serenissimo Baptizando debaixo do Palio the a boca da Quadratura, e dahi athe o Trono do Em.^o Patriarcha, entre os seos Padrinhos, onde se principiou a acção dos Exorcismos na forma do Ritual Romano, e dahi se continuou athe o *Ingretere*. Neste meio tempo foi o Serenissimo Baptizando duas vezes ao primeiro Leito por ser assim preciso.

Ao dizer o *Ingretere* pos o Em.^o Patriarcha a ponta direita da Estola sobre o Serenissimo Baptizando, e caminharão todos para a segunda Quadratura onde as Pessoas Reaes se sentarão no seo Trono, e o Em.^o Patriarcha na sede gestatoria: e o Serenissimo Baptizando foi conduzido para o segundo Leito aonde também se achava a Ama de Leite e o mais como fica dito.

Na sede gestatoria continuou o Em.^o Patriarcha ao Serenissimo Baptizando para ahi conduzido, os Exorcismos, athe lhe fazer as un-

çoens do peito, e costas depois das quais o tornarão a conduzir para o segundo leito.

Feitas as unçoens se paramentaram o Em.^o Patriarcha e o Ex.^{mo} Colegio, e Ill.^{mos} Prelados de paramentos brancos bordados de oiro e se foi sentar no Trono da segunda Quadratura.

Logo foi conduzido o Serenissimo Baptizando, e lhe foi conferido o Sacramento do Baptismo, depois do qual se retirou para o mesmo leito, e o Em.^o Patriarcha intuiu o *Hymno Te Deum Laudamus*, que continuarão os musicos, a cujo tempo por girandolas de fogo se fez signal á torre da Patriarchal por cujo avizo repicarão todas as Igrejas da cidade e salvarão o Castello, Torres e Esquadra.

Acabado o dito hymno cantou o Em.^o Patriarcha os versos e orada acção de graças; e concluiu esta acção dando a benção Pontifical, depois da qual se desparamentarão os Ex.^{mos} Principais, e Monsenhores, e tomarão novamente as capas magnas e juntos com o Em.^o Patriarcha vierão athe a Porta acompanhar o Serenissimo Baptizando que com a mesma pompa, e pello mesmo sitio foi conduzido, para o Paço sendo então 7 horas e 20 minutos acompanhando com toxas acezas os moços da Camara, e estando toda a colunata luzidamente iluminada.

Coordenação internacional das iconografias

Na sessão de Julho de 1934, o eminente escritor e Presidente da Academia das Ciências, Ex.^{mo} Sr. Dr. Júlio Dantas apresentou à Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações uma proposta para que, pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual de Paris, se organize um catálogo de coordenação iconográfica.

Como de prever, a idea do erúdito Inspector Geral das Bibliotecas e Arquivos foi calorosamente abraçada pela Comissão cujo sentir o Sr. Bonnet interpretou agradecendo ao Sr. Dr. Júlio Dantas o oportuno alvitre.

A repercussão mundial que tal proposta teve e o seu elevado alcance mandam-nos archivar, aqui, o texto integral na versão portuguesa.

(Proposta apresentada por S. Ex.^a o Sr. Dr. Júlio Dantas
à Sociedade das Nações, na 16.^a sessão
da sua Comissão Internacional de Cooperação Intelectual,
em 19 de Julho de 1934)

Sr. Presidente:

Não é necessário insistir, perante as individualidades eminentes que constituem esta comissão, na importância da iconografia como ciência subsidiária da história. Hoje, que a história procura estudar, não apenas as séries de acontecimentos, suas interferências e influências re-

cíprocas, mas o factor essencial desses acontecimentos — o homem —, o documento iconográfico constitue, nas mãos do historiador, um elemento por vezes precioso. Também, no domínio da ciência médica, o exame das colecções iconográficas se reveste de especial interesse, no que respeita, quer aos trabalhos de patologia retrospec-

tiva, ou histórica, quer ao estudo da hereditariedade e da selecção, particularmente sob o ponto de vista da transmissão, evolução e morfologia dos estigmas somáticos de degenerescência e da constituição das fisionomias familiares características (famílias soberanas), de que o tipo Habsburgo constitue um impressionante exemplo. O conhecimento das iconografias interessa ainda aos pintores, escultores, gravadores, editores, e ainda, de um modo geral, à história das literaturas e à história da arte.

Os documentos iconográficos de que o historiador, o médico, o artista, o homem de letras, e, porventura, os cultores de outras fórmulas de actividade intelectual carecem para os seus estudos e investigações, encontram-se dispersos por monumentos, museus, galerias, bibliotecas e colecções públicas ou particulares de vários países, e compreendem as estátuas, os bustos, as figuras tumulares e votivas, os baixos-relevos, as máscaras mortuárias, os retratos em mosaico (iconostases), em vidro (vitrais), em madeira, tela, cobre, marfim (miniaturas), os livros iluminados (pintura membranácea), as medalhas e moedas (iconografia numismática), as gravuras, as litografias, os desenhos, as caricaturas, sendo de especial importância os documentos coetâneos, e, dentre estes, os documentos directos, quer dizer, aqueles que o artista executou na presença

da personagem reproduzida. A iconografia artística tem o seu complemento natural nas colecções de imagens obtidas por processos químicos e mecânicos, devidamente arquivadas e organizadas (fototecas e cinematecas). A dispersão da iconografia artística, não só devida a acontecimentos e a vicissitudes históricas de vária natureza (invasões, ocupações militares, emigrações, viagens, embaixadas, dotes de princesas, ajustes de casamentos régios, e outras), mas ainda a doações, legados e vendas privadas para o estrangeiro, é de tal modo considerável, que os documentos respectivos à mesma personagem se encontram disseminados pelos museus, instituições e colecções pertencentes a diversos e remotos países, tornando-se por vezes extremamente difícil aos investigadores e estudiosos, não só examiná-los, ou obter reproduções, mas conhecer a sua existência e a sua situação. Pode afirmar-se que inúmeras peças iconográficas são ignoradas dos países a que respeitam, e aos quais especialmente interessaria o seu conhecimento. Inútil acentuar ainda que o exame desses documentos, realizado pelos especialistas dos países de origem, permitiria corrigir, em muitos casos, as atribuições inexactas e as falsas identificações.

Esta rápida exposição justifica a proposta que tenho a honra de apresentar à Comissão, para que,

pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, de Paris, seja estudada a possibilidade da organização de um catálogo iconográfico, onomástico e cronológico, acompanhado ou não de reproduções, trabalho este que deveria ser, naturalmente, precedido da elaboração preparatória de índices iconográficos onomásticos parciais, por países, nos quais se indicaria, para cada personalidade (palavra de ordem), o local onde se encontram as espécies iconográficas respectivas, natureza dessas espécies (escultura, pintura em madeira ou tela, iluminação, moeda, medalha, gravura, desenho), dimensões, nome do autor e data da execução. À primeira vista parece tratar-se de uma obra de proporções demasiado vastas. Essas proporções, porém, restringem-se sensivelmente se considerarmos: 1.º — que o catálogo excluirá (pelo menos de início) as antiguidades oriental e clássica, li-

mitando-se às idades medieval, moderna e contemporânea, até ao meiado do século XIX; 2.º — que o catálogo excluirá os documentos que não sejam coetâneos das personagens retratadas, ou réplicas e cópias de documentos coetâneos, únicos que interessam o historiador, o antropologista e o médico; 3.º — que as referências devem limitar-se a individualidades notáveis, quer pela sua jerarquia, quer pela influência política, social ou cultural, maior ou menor, que exerceram no seu tempo. Os peritos técnicos do «Office International des Musées» estabeleceriam, de acordo com as comissões nacionais, o método a seguir nos trabalhos de coordenação internacional das iconografias, em harmonia com os termos da proposta que tenho a honra de apresentar à consideração dos meus pre-sados colegas.

JÚLIO DANTAS.

Vultos da Cidade

Inauguração da lápida na casa onde moraram D. Maria Amália Vaz de Carvalho e o poeta Gonçalves Crespo

Sob um doce sol de outono, numa quinta-feira de Outubro e dia 11, de 1934, a Travessa de Santa Catarina viu um espectáculo pouco frequente quer em Lisboa quer em qualquer outro lugar do país: um grupo de homens, poucos, nem meio cento seriam, reunido em frente de um prédio onde moraram duas glórias literárias, D. Maria Amália Vaz de Carvalho e Gonçalves Crespo. Venerar escritores em Portugal, escritores portugueses, não faz parte das canceiras deste povo. Nem vivos quanto mais mortos!

Daí o espanto dos moradores da recatada ruasinha. Pouco tardou que não compreendessem o facto que ali congregava aquêles homens, de cabeça descoberta como se está deante de lugares sagrados.

A Câmara Municipal de Lisboa, restituída à compenetração de que a ela cabe, em grande parte, a missão de avivar aos presentes e vindouros as glórias passadas entre-muros, mandou depór uma lápida no prédio onde viveram a escritora D. Maria Amália e seu marido o

poeta Gonçalves Crespo, que em letras de ouro gravadas em pedra proclamava :

Viveram no 1.º andar d'êste prédio — e nele faleceram — em 1921 — a eminente escritora D. Maria Amália Vaz de Carvalho — e — em 1883 — o notável poeta Gonçalves Crespo. — A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa — em 1934.

O vereador do Pelouro dos Serviços Culturais Ex.^{mo} Sr. Luiz de Macedo, e um neto de D. Maria Amália, o coronel Sr. Cristovão Aires proferiram comovidas palavras, assinou-se um auto, e os presentes dispersaram-se.

O que há de mais simples e todavia enternecedor e elevado!

Discurso do Ex.^{mo} Sr. Luiz de Macedo

O sr. Pastor de Macedo pronunciou o seguinte discurso:

«É grande o prazer que sente quem honra a memória daqueles que foram uteis à sua Pátria, assim como também é grande o prazer que se sente quando se contribue para a cultura popular.

Na colocação duma lápide honra-se sempre a memória de alguém ou perpetua-se um feito marcante na nossa História, ao mesmo tempo que se educa a população patenteando-lhe um acontecimento que a deve interessar. E assim neste caso o prazer que se sente é duplo.

Hoje, aqui estamos para descerrar mais uma lápide e peço a V. Ex.^{as} para não tomarem o facto como determinado por razões fortuitas, mas sim como mais um passo dado no caminho que a administração municipal está percorrendo.

Na verdade, é intenção da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, honrar por esta forma, quando a honra não possa ser maior, a memória daquêles que serviram nos vários ramos da actividade nacional e que souberam deixar o nome ligado à sua actividade, quer se tivesse ela condicionado aos limites do Município,

quer tivesse o seu reflexo em todos os assuntos do Império.

E fazendo-o, a Câmara não limita o seu objectivo em saldar uma dívida em aberto, mas deseja ainda que o facto sirva de estímulo aos que hoje entram na vida e áqueles que ainda têm possibilidades de se lançar a novos empreendimentos, além de colocar também o seu desejo na possibilidade de Lisboa constituir amanhã, uma página aberta onde a sua população decore os nomes dos seus filhos illustres e de todos aquêles que nos tornam hoje orgulhosos de sermos portugueses.

São dois nomes que esta lápide da Travessa de Santa Catarina fica perpetuando: o do poeta Gonçalves Crespo e o da sua esposa a escritora Maria Amália Vaz de Carvalho.

Mais uma vez conscientemente eu próprio me sinto condoído da pobreza da minha linguagem que nesta ocasião eu quisera, que em vez de sóbria fôsse engrinaldada pela leveza de conceitos e pela elegância do estilo, a fim de poder evocar, sem deslustrar a cerimónia, os delicados espíritos da escritora e do poeta. No entanto, talvez supra a deficiência a palavra sincera e a admiração profunda pelas suas obras e pelas suas vidas. De resto, tomarei pouco tempo a V. Ex.^{as}

Ao contrário de muitos poetas do seu tempo, Gonçalves Crespo não se deixou dominar completa-

mente pelo culto excessivo da forma, que caracterizava as tendências literárias da geração a que pertenceu. Sob a influência da corrente do fim do século que a moda dos salões e dos cenáculos importava de França, talvez reagindo também aos exageros do naturalismo, assiste-se no último quartel do século passado ao renascimento duma poesia demasiado formal em que a inspiração falece um pouco sob a roupagem esplendorosa das imagens. Escolas que se atravessam, se contradizem ou se completam formam um embrechado curioso, é certo, mas onde muitas vezes se sacrificou a inspiração profunda à vaga tonalidade musical do ritmo.

Poeta do seu tempo, com as qualidades e os defeitos que o ambiente literário e social lhe imprimiu, Gonçalves Crespo, todavia, soube salvar-se dignamente do naufrágio verbalista de muitos dos seus contemporâneos. E se as suas composições possuem, de facto, uma perfeição de forma que, em artista de menor requinte roçaria quasi pelo artificial, não significa isso, de maneira alguma, uma ausência de reais, valiosíssimas qualidades emotivas que fazem de Gonçalves Crespo um dos líricos mais sinceros e mais humanos da poesia portuguesa.

O nome de Maria Amália Vaz de Carvalho, e esta casa da Travessa de Santa Catarina a mim, lisboeta que ama a sua cidade, fa-

zem-me pensar imediatamente nessa Lisboa romântica dos «Senhores literários» que teve o seu último representante neste de Santa Catarina, onde a respeitada escritora recebeu tudo o que há de melhor, nos campos artístico e literário, passou pela capital. Evocação dolorosa para nós, que acima da vida prática colocamos a excelência do espírito, ao verificarmos mais uma vez que este «salão literário» foi de facto o último.

Mas falemos da escritora.

Inteligência agudíssima, laboriosa, dá-nos na sua vastíssima obra — novelesca, crítica, biográfica, histórica e educativa — páginas modelares, inesquecíveis, acusando a todo o momento a excepcional cultura da sua autora.

Desde a «Primavera da Mulher», publicado em 1867 até ao seu último trabalho quantos capítulos de requintada beleza, de comunicativo entusiasmo, de proveitosa moral. Em os «Arabescos» onde, ainda bastante nova, nos fala de Miguel Angelo, Goethe, Savonarola e Renan, em «Alguns Homens do Meu Tempo» e «Figuras de Hoje e de Ontem», onde ficaram marcadas as faculdades da escritora como biógrafa, nos trabalhos «Em Portugal e no Estrangeiro», «Ao correr do tempo», «No meu cantinho» e nas «Páginas escolhidas» onde vários sucessos passados no país e além fronteiras mereceram a sua observação inteligente e perspicaz,

em «A Vida do Duque de Palma», a obra mais importante da autora e em a «Marquês de Alorna», onde se estudam duas épocas da História, principalmente aquela em que viveu D. Pedro de Sousa Holstein, em todos êsses trabalhos e em todos os outros que omito e que são do conhecimento de V. Ex.^{as}, adicionam-se vertiginosamente os motivos que fizeram de Maria Amália Vaz de Carvalho a primeira escritora literária portuguesa.

Mas há uma característica especial na obra da escritora, que muito me apraz salientar: a característica educativa. Em «As nossas filhas», «Cartas à Luíza», «Cartas a uma noiva», «Mulheres e crianças» e em várias crónicas dispersas na sua copiosa produção, há o propósito sadio e firme de fazer rodear a Família do prestígio que ela merece como instituição básica da nossa civilização, quer aconselhando as mãis sôbre a educação das filhas, quer aconselhando êstes sôbre o respeito devido áquelas, quer aconselhando as noivas e as espôsas e ainda tentando orientar a mulher na revolução social, então embrionária.

São muitas as páginas de beleza fulgurante que a grande escritora nos legou; são muitos ou quasi todos, os capítulos pelos quais se fica fazendo uma idéia exacta da sua preparação, dos excepcionais conhecimentos que a levaram até a descrever com flagrante justeza

os costumes dos países que nunca visitára; mas a sua obra educativa, reflexo vibrante da sua vida, dos seus sentimentos filiais, de esposa e de mãe, essa sobrepõe-se sem dificuldade, porque além da beleza do recorte literário que lhe é peculiar e dos motivos sublimes evocados, avulta um propósito moral que todos louvamos com gratidão.

António Cândido definiu admiravelmente a personalidade de Maria Amália Vaz de Carvalho, applicando-lhe o conceito célebre de Sainte-Beuve acêrca de Madame Récamier — «Tinha no mais alto grau, não êsse espirito que sonha apenas brilhar por si próprio, mas aquele que sente e valoriza o espirito dos outros». Julgo que a insigne escritora não carece de melhor legenda para o seu retrato moral e psicológico.»

O sr. Cristovão Aires falou em nome da família, começando por

agradecer a iniciativa da Câmara, pela qual se sente também grata a parte culta da população cidadina.

O orador fez uma eloquente evocação das qualidades da illustre escritora sua tia e do lar espiritual e e remançoso onde viveu com seu marido e pela qual passaram as maiores figuras da época nas letras e na política intellectual.

Oliveira Martins, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, conde de Sabugosa, Camilo Castelo Branco, Carlos Cirilo Machado e tantos outros insignes, além dos ainda novos ou da geração moderna.

Terminou dizendo:

— Nesta casa viveram a graça, a glória e a dor. Eis o que a Câmara Municipal aponta aos vindouros, como símbolo de uma vida perfeita.

Seguiu-se a assinatura do auto respectivo, que ficará na posse da Câmara.

Inauguração da Biblioteca Municipal do Pôço do Bispo

O Auto:

Aos dezessete dias do mês de Outubro do ano mil novecentos e trinta e quatro, pelas quinze horas, foi solenemente inaugurada a Biblioteca Municipal do Pôço do Bispo, instalada no andar terreo do Palácio da Mitra, ao bairro do Beato desta cidade de Lisboa. Antes da cerimónia, as individualidades officiais e particulares que a ela assistiram, visitaram as instalações da nova biblioteca, decoradas de harmonia com o conjunto architectónico do histórico edificio, propriedade do Município de Lisboa, e adaptadas às regras bibliotecomicas modernas, como sejam condições de luz, para leitura nocturna e pavimento de cortiça. A' sessão que se realizou na sala lacada, réplica feliz da biblioteca da Universidade de Coimbra, presidiu o Sr. tenente-coronel Linhares de Lima, que teve à sua direita os Srs. Dr. Pereira Dias, Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes e Luiz

Pastor de Macedo, vereador do Pelouro dos Serviços Culturais; e à esquerda o Sr. Dr. Júlio Dantas, Inspector Geral das Bibliotecas e Arquivos, e Dr. António Baião, director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Além dos senhores vereadores, assistiram membros da Academia das Ciências de Lisboa, representantes do Museu Nacional de Belas Artes, o Director da Biblioteca Nacional de Lisboa, Sr. tenente-coronel Costa Veiga, o Director da Biblioteca da Ajuda Sr. Dr. Jordão de Freitas, o Director do Arquivo Histórico Militar sr. Henrique Campos Ferreira Lima, o representante do Director das Bibliotecas Populares de Lisboa, o representante da Junta de Freguezia, arqueólogos, escritores, artistas, jornalistas, e personalidades como os Ex.^{mos} Srs. Com.^{te} Quirino da Fonseca, Álvaro Frade, officiais superiores da Manutenção Militar, etc., etc.

Às quinze horas precisas o Sr. Presidente abriu a sessão e deu a pala-

vra ao vereador do Pelouro dos Serviços Culturais Ex.^{mo} Sr. Luiz de Macedo.

Seguiram-se-lhe no uzo da palavra os Ex.^{mos} Srs. Joaquim Leitão, Inspector das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais, e o dr. Júlio Dantas, Inspector Geral das Bibliotecas e Arquivos, encerrando a sessão o Sr. tenente-coronel Linhares de Lima com algumas palavras em que elegantemente sintetizou o facto.

E de tudo se lavrou este auto que foi assinado por todos os presentes.

Discurso do Sr. Luiz Pastor de Macedo

Duas palavras apenas:

Inaugurando esta biblioteca popular, a Câmara Municipal de Lisboa dá mais um passo no caminho que se propôs percorrer, ao mesmo tempo que satisfaz uma aspiração do populoso bairro do Póço do Bispo.

Com esta, são já duas as bibliotecas populares inauguradas pela Comissão Administrativa presidida pelo Sr. tenente-coronel Linhares de Lima e decerto não serão as únicas. Dado o aumento de leitores que dia a dia se verifica nas bibliotecas municipais, a disseminação de mais bibliotecas pelos vários bairros excéntricos da capi-

tal, impõe-se como satisfação dada a um desejo alicerçado na necessidade.

Vincada esta circunstância e como razão determinante de ter tomado a palavra, desejo referir-me a dois vereadores que passaram pela administração de Lisboa e que muito se interessaram pelas bibliotecas municipais: o Sr. Quirino da Fonseca a quem se deve a criação da Biblioteca Central do Palácio Galveias e o Sr. Alvaro Frade que por entre dificuldades conseguiu dotar o Município com a Biblioteca Popular de Alcântara e que deu todo o seu apoio e auxílio à criação desta que hoje estamos inaugurando. Para eles neste momento vai a expressão da nossa gratidão sincera.

A criação da Biblioteca Popular do Póço do Bispo representa um sacrifício feito pela administração municipal. Ele será, porém, sobejamente compensado se a população do Bairro a utilizar em proveito da sua instrução.

Faço ardentes votos para que assim seja.

Discurso do Inspector das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais, Sr. Joaquim Leitão

Ainda os sinos da colegiada de Sainte Gudule plangiam por Alberto I, o Povo Belga, em plebiscito aberto pelo coração nacional,

votou o monumento ao seu Rei Soldado.

Decorridos curtos meses, coberta a subscrição pública, Leopoldo III despersonalizou a piedosa ideia, propondo à Nação símbolo mais vasto e mais vivo do que a estátua que tenta em vão immortalizar a forma transitória das glórias humanas: em vez de alegoria individual, a criação de uma «Biblioteca Alberto I».

Não sei de monumento mais majestoso!

Antes deste facto da história contemporânea e também muito antes de decretada a providência municipal dos cinquenta anos «post-mortem» para a cidade levantar monumentos a varões ilustres, tempo para se diluir a névoa da emoção que tanta vez altera as proporções dos homens — a Ex.^{ma} Comissão Administrativa do Município de Lisboa determinara a fundação da biblioteca que hoje se inaugura.

Não é padrão a morto insigne mas monumento a vivos, ao troço de portugueses que na lida das oficinas e na faina ribeirinha por este lado defendem a urbe e a nação.

Com esta, conta Lisboa quatro bibliotecas municipais: a do 2.º Bairro, no Largo da Biblioteca Municipal, a do Palácio Galveias, a de Alcântara, e agora esta no Poço do Bispo.

A primeira tem meio século de existência. Quando um dia se fizer a curiosa exposição das requisições

de leitura, verificar-se á que muitos homens notáveis, grandes cerebrações, lhe devem os fundamentos da sua formação mental. Na preciosa colecção figura, por exemplo, o nome de um escolar que o estudo sério e o talento haviam de tornar o nosso primeiro arqueólogo naval e autor de obras como os «Portugueses no Mar» e a «Caravela Portuguesa» — resumo de trinta anos de trabalho que fixa definitivamente as características da caravela e bastaria para garantir ao sr. comandante Quirino da Fonseca o respeito nacional.

As três outras bibliotecas municipais datam de 1921 para cá.

A não ser a de Alcântara, instalada muito consciêntemente na própria cidade industrial do Município, as outras moram em casa própria.

Esta fica a residir em palácio que desde recuados anos andou no património prelatício ulissiponense, pois já no século xvii os arcebispos de Lisboa faziam benfeitorias na parte rústica e urbana que, então, não passava de modestíssima casa de campo. Mas vem a magnificência e piedade joanina, a bula áurea de Clemente XI «In Supremo Apostolatus Solio» cria o Patriarcado de Lisboa, e o 1.º Patriarca D. Tomás de Almeida, com honras e proveitos de Infante de Portugal, dignifica o pousadouro de Marvila, tornando-o «Palácio da Mitra», actualmente propriedade do Município.

As suas paredes ostentaram té-las beneficiadas, a expensas de D. João V, por Vieira Lusitano e que representavam arcebispos lisbonenses, entre êles o Cardial Alpedrinha e o Cardial-Rei D. Henrique. Por êste portão enobrecido com o brazão cardinalício desfilaram os sumptuosos coches de gala dos Senhores Patriarcas, num deslumbramento de oiros e de purpuras.

E ainda por munificência de D. Tomás de Almeida se constituiu a primeira estrada e o muro de suporte da banda do rio, demarcado por dois obeliscos com as armas do 1.º Patriarca, da nobre casa dos condes de Avintes, e que S. Ex.^a o presidente Linhares de Lima salvou das vicissitudes do tempo e da fortuna, mandando-os encorporar no Museu Arqueológico Municipal do Palácio Galveias.

Fica, pois, muito bem neste tecto costumado ao recolhimento uma oficina espiritual.

Os acasos da história dão às vezes, como agora, ensinamentos de símbolo: sobre o plano da cultura ergue-se a cupola da Fé.

A quem se destina esta biblioteca? Ao povo, visto como se intitula biblioteca popular. Haverá quem a repute de excessivo cenário, superior aos hábitos e condição do leitor que a há-de frequentar? Só se esquecer que a harmonia é a deusa da pacificação. Cercar o homem de sugestões de conforto equi-

vale a pregaçãoes contra a intemperança e a insanidade. Encaminhar o povo para ambientes de cultura e de beleza é valorizar a raça e defender a nação.

Começa porque agrupar numa sala, durante horas, uma centena de populares, habituá-los a apreciar os benefícios saltares do silêncio e a respeitar o sossêgo alheio, nada melhor há para tornar sociável e melhor quem já de si nasceu bom como outro povo não quero que haja. Depois, sem pretender formar sábios, levaremos assim às gerações o incomparável prazer do espírito, único apto a dar paz às consciências, e a preparar as grandes éras de ordem pública e hegemonia colectiva.

Mas a que vem esta acção que os regedores do Município de Lisboa estão a desenvolver e acentuar?

Política?

Sem dúvida alguma.

Todo o homem—dizia-me Guerra Junqueiro—tem o dever de se ocupar de política.

Conforme!

Esta, sim, todos devemos exercê-la. É a política que não lisongea multidões nem atêia a paixão, política que se dirige aos espíritos, que pretende acabar com rebanhos de analfabetos, e aspira a fazer da gente do povo—o Povo Português como êle foi quando a disciplina demarcava classes e robustecia corporações, isto é, cada qual dentro do seu dever, da sua função e do seu

direito — o Povo Português como elle háde tornar a ser.

E sê-lo-á porque nós o queremos, e o queremos com fé!

Essa politica tem por arma principal a cultura.

Jámais houve povo grande sem grande cultura.

Qual foi o segrêdo da nossa fôrça de descobridores?

Sermos bastante disciplinados para saber guardar o segrêdo do objectivo da nossa incomparável cultura.

Assim se trabalhou ali na Ribeira das Naus, assim nos aprestámos para a Epopeia, e assim nos apresentaremos para o novo Portugal.

Esta politica não é aquella que levanta barricadas de mármore entre o povo e os herois e gasta em pedras idolatras o que pertence ao pão do espirito. É a que quere, pelo contributo da intelligência, habilitar todos os portugueses ao co-labor no renascimento da Pátria.

O Municipio de Lisboa traça inspiradamente êsse atraente roteiro.

A hora de hoje o afirma.

Não sou mau guardador de sigilo profissional se relembrar o que o sr. vereador do Pelouro dos Serviços Culturais já annunciou: para muito breve, para êste ano, talvez para o mês dos crisântemos, a fundação das bibliotecas itinerantes.

Mas o que se não disse e a mim cabe dizer é o admirável entusiasmo com que o Sr. Luiz de Macedo re-

solveu criar as bibliotécas móveis, e a nobreza com que a Presidência e a Ex.^{ma} Comissão Administrativa abraçaram a iniciativa.

Vai, enfim, atingir realização por espontâneo desígnio do govêrno municipal o que a lei geral não conseguiu com obrigatoriedades impostas em diplomas, e erguer-se para a luz, para a vida, o sonho em que S. Ex.^a o Sr. Dr. Júlio Dantas, Director Geral das Bibliotecas e Arquivos, desde a primeira hora do meu cargo, com affectuosa insistência me falava.

É mais sementeira atirada ao terreno espirital da grei e que nos espiritos gratamente se multiplicará.

A fé desconhece receios. O que para os derrotistas é utopia, para os homens que põem fé no trabalho chama-se certeza.

Mussolini sonhou fazer do industrial Piemonte empório agrícola.

Realizou-o com a rapidez fulgurante das suas decisões rectilíneas. Êste verão deslocou se de Roma, para assistir às primeiras colheitas.

Na passagem, visitou D'Annunzio.

O autor da «Figlia di Orio» recebeu o Duce com os onze tiros de canhão, disparados da prôa da nave levada de Fiume. Assim que a sua farda azul de general, que apenas ostentava a insígnia de mutilado da guerra, surgiu cercada pelos arvo-redos da Gardona, D'Annunzio

apertou a mão de Mussolini e beijou-o na frente, dizendo:

— Beijo a frente que sonhou a glória de Itália!

Mussolini dobrou-se um pouco e, pegando nas mãos do cinzelador da língua italiana, respondeu:

— E eu beijo as mãos que delinaram a glória!

Sobre este baptismo espiritual, que arrancou consoladora emoção a almas de aço, Mussolini percorreu os campos.

As mulheres dos arrozais resolveram oferecer-lhe cada uma seu saquinho com dois quilos de arroz. Os outros imitaram-nas e cada cultivador ofereceu ao redentor da Itália um saquinho com dois quilos de trigo, ou de batata, consoante o cultivo predominante.

Foram necessários alguns combóios de mercadorias para transportar as amostras de cereais oferecidos a Mussolini, que êle distribuiu pelos povos, ficando com seis sacos de cada colheita tantos quantos os seus filhos.

Dias virão em que a cada português que colher desta semente benedita frutos e flores, a alegria da messe inspirará a oferta de dois livros para património bibliográfico do Município de Lisboa.

E, então, novas bibliotecas se disseminarão pelo concelho da gloriosa Lisboa e novas messes de amor doirarão a terra ulissiponense e todo o chão sagrado da Pátria!

Discurso do Sr. Dr. Júlio Dantas

Sr. Presidente:

Agradeço a V. Ex.^a o convite, que se dignou dirigir-me, para assistir à inauguração desta biblioteca.

Na qualidade de Inspector Geral das Bibliotecas e Arquivos, apresento à ilustre Comissão Administrativa da presidência de V. Ex.^a, e ao senhor Inspector das Bibliotecas Municipais, os meus cumprimentos pela maneira superior porque foi compreendido e está sendo executado o programa tendente a dotar a cidade de Lisboa de um quadro de bibliotecas populares, instrumentos hoje considerados indispensáveis à educação do povo.

Tenho acompanhado de perto essa obra, desde que o senhor comandante Quirino da Fonseca, a cuja acção cultíssima e enérgica tanto deve o Município de Lisboa, teve a inspiração, duplamente feliz, de instalar no palácio Galveias a biblioteca central ulissiponense e de colocar à frente dos serviços bibliotecários municipais uma individualidade que ao seu elevado prestígio intelectual alia qualidades excepcionais de organizador: o senhor Joaquim Leitão. E porque conheço o que se tem feito, desde a instalação modelar da biblioteca central, até à criação das bibliotecas de Alcântara e do Pôço do Bispo e à preparação complementar das secções itinerantes que consti-

tuirão amanhã a extensão necessária das bibliotecas do povo, congratulo-me com V. Ex.^a, senhor coronel Linhares de Lima, pelo notável esforço que o Município de Lisboa está realizando no sentido do desenvolvimento e expansão da leitura popular.

Há, como é sabido, duas espécies de bibliotecas, de natureza diferente e, até certo ponto, antagónica: as bibliotecas destinadas a conservar os livros, como documentos duma civilização e duma cultura, e as bibliotecas destinadas a vulgarizá-los. As bibliotecas de conservação exercem uma função histórica; as de vulgarização, uma função de expansão e de propaganda do livro e da leitura. As primeiras realizam tanto melhor o seu objectivo, quanto mais conservam; as segundas, quanto mais difundem, e até, na expressão do americano John Thomson, quanto mais dispersam. As bibliotecas de conservação, velhas instituições, têm o seu tipo tradicional nas bibliotecas nacionais, cimeliários das riquezas bibliográficas de cada país, cuja função especial o século XVIII definiu ao criar a palavra «erudição»; as bibliotecas de vulgarização, instituições novas destinadas a desempenhar uma função não apenas cultural, mas social, e inspiradas na fórmula democrática «a instrução é um direito do povo», têm hoje os seus melhores modelos nas «free libraries» inglesas e americanas, nas «buckerhallen» e nas «lesehal-

len» alemãs, nas «sockenbibliotheker» suécas, nas «bibliothèques populaires» francesas. As bibliotecas de conservação, essencialmente eruditas, são instituições do Estado; as bibliotecas de vulgarização, caracterizadamente populares, são instituições affectas às autarquias locais, embora sempre fiscalizadas e superiormente orientadas pelos organismos de que dispõe o poder central.

A biblioteca, que hoje se inaugura, pertence a esta segunda categoria, e a sua fundação inspira-se nas disposições da lei portuguesa de 18 de Março de 1911, que diz, no art. 11.º: «Tôdas as Camaras Municipais são obrigadas a fundar bibliotecas populares»; e que, no art. 12.º, acrescenta: «Nos centros populosos de Lisboa e Pôrto, as Camaras Municipais devem estabelecer sucursais da biblioteca central». Instalada, como a de Alcântara, num bairro populoso e fabril, e, como ela, destinada à vulgarização de conhecimentos gerais e profissionais, à difusão e propaganda do livro, e à criação de hábitos salutares de leitura nas camadas populares, a biblioteca do Beato corresponde inteiramente, pela localização, instalação, organização e tipo, ao fim especial para que foi instituída. Oferecendo mais uma biblioteca popular à cidade de Lisboa, a Comissão Administrativa da illustre presidência de V. Ex.^a integrou-se numa função que especialmente lhe incumbe, e está desempenhando

essa função de maneira a merecer o reconhecimento de nós todos e a constituir um alto exemplo, que eu faço votos para que seja seguido pelos outros Municípios do País.

Tenho dito.

Finalmente, o Sr. tenente coronel Linhares de Lima agradeceu,

em curtas, mas belas palavras, a comparência das categorizadas individualidades presentes, que à cerimónia haviam emprestado grande brilhantismo, terminando por afirmar que a nova biblioteca é «uma nova nau que recebia assim o baptismo dos valores espirituais de Lisboa».

A comemoração da tomada de Lisboa

Em 25 de Outubro, e em plena rua—no Largo de S.^{ta} Cruz do Castelo—, a Câmara Municipal de Lisboa comemorou o proeminente facto da história da cidade—a tomada de Lisboa.

Junto à cerca moira, colocou-se uma mesa para indicar a presidência do acto. Fechando o quadrilátero, umas varandas para os convidados.

Nem cordões, nem barreira alguma que demarcasse categorias.

Tudo se passou junto e ao alcance do coração do povo que tão bem sentiu a singelíssima e expressiva cerimónia.

Prova foi a decoração espontânea que nas janelas de por ali o povo improvisou: colchas de algodão, tapetes com ingénuas produções animalistas.

E, como expressão de quanto Lisboa entendeu a grandeza do acto, silêncio religioso, aquêle silêncio que permite ouvir a alma das multidões.

A cerimónia abriu com palavras proferidas pelo Vereador Ex.^{mo} Sr. Luiz de Macedo.

Seguiram-se duas conferências que são dois valiosos estudos: um do ilustre escritor Ex.^{mo} Sr. Dr. Hipólito Raposo, outra do major Ex.^{mo} Sr. Satúrio Pires.

São essas duas páginas que arquivamos aqui.

O Resgate de Lisboa

O pensamento que nos reúne neste lugar, confessa-nos solidários com o desígnio e acção dos Avós portugueses que, vestidos e armados de ferro, com ânimo esforçado, por longos sacrifícios, resgataram do domínio árabe esta cidade de Lisboa.

Justa e meritória celebração a deste dia, para traduzir, na sua simplicidade, o alto significado da consciência histórica e cívica de nós todos que altivamente cultivamos e defendemos o conceito da Pátria Portuguesa eterna contra os sem-Pátria, essa barbaria afrontosa que sobrepõe o instinto à inteligência, os apetites aos sentimentos; que apaga na confusão dos filhos os sorrisos dos berços, amaldiçoando a família e exaltando a prostituição; que ao libertar o indivíduo das disciplinas da convivência social, escraviza o pensamento e o braço do homem, anulando dentro dêle, com a própria dignidade, os mais puros valores morais da nossa civilização.

Na sombra desta cêrca moira, as pedras que agora nos escutam, terão ouvido as vozes de comando nas diversas línguas dos cruzados, os

seus gritos de vitória e os soluços dos vencidos, os golpes do ferro, lança por lança, os tiros dos fundibulários e bêteiros. Dôres, alegrias, ódios e paixões, vinganças e tormentos que passaram e soaram por todas as curvas do assédio, testemunham tristemente que as empresas dos homens, ainda quando movidas de claro intento espiritual, jámais se emancipam do império da maldade e não dispensam os sélos negros da imperfeição.

Ao longo da história de Portugal, esse feito de armas dilata-se com a mais extensa perspectiva pelos destinos nacionais, persuadindo-nos a reconhecer e a admirar nêle o solene torneio, a gesta vitoriosa de que procederia a finalidade política da nossa vida colectiva, livre e criadora.

A tomada de Lisboa, em verdade, marca o rumo definitivo da expansão portugalense para o Sul, como o desastre de Badajoz, importando a forçada restituição dos castelos da Galiza, assinalará mais tarde (1169) a suspensão das conquistas para Leste, empreendidas e alargadas talvez à voz de um secreto instinto

que procurasse os limites esquecidos da velha Lusitânia. Pela posse de Lisboa, renunciar-se-ia praticamente ao objectivo de encorporar a Galiza na Terra Portucalense, sonho ambicioso que ajuda a perturbar a viuvez da formosa *Tharasia Regina*, vivido em repetidas invasões e interferências nas intrigas eclesiásticas e civis do Condado de sua irmã; sonho e empresa tenazmente prosseguidos pelo filho e pelos barões, após o feito decisivo de S. Mamede. Por anos sucessivos, os pendões de Afonso Henriques se desfraldaram com vária sorte pelas terras de Além-Minho, até à desfavorável e mal respeitada paz de Tui (1137) que o moço Rei resignadamente aceita para acudir de pronto a Paio Guterres nas avançadas da fronteira meridional, ameaçadas de perdição.

No ano de 1143, dois factos de política externa vinham reflectir-se na vida do novo reino; a conferência de Zamora com Afonso VII e as conversações prévias com o Cardial Guido de Vico, legado pontifício, para a prestação de um preito de vassalagem à Sé Apostólica.

Afonso VII intitula-se ali imperador das Espanhas e contenta-se com essa honra; o título de rei por ele reconhecido a D. Afonso Henriques pretendeu uma subtilidade feudal dar-lhe o mesmo carácter, levando o nosso Rei a aceitar o senhorio de Astorga que o converteria em vassallo de seu primo.

Reconhecia-se o nome de Rei, para desconhecer a realeza e o reino. Mas, por sua indústria ou bem aconselhado, D. Afonso Henriques triunfava sem escrúpulo de toda a convenção desfavorável neste lance político: constituindo o reino em feudo de S. Pedro, à semelhança do que haviam feito outros príncipes cristãos, tornava-o inacessível à violência e à cubiça de Leão e Castela.

Embora de passagem, cabe aqui notar que a acção diplomática do nosso primeiro Rei, por elle desenvolvida à inspiração certa dos barões e prelados, não foi menos eficaz do que as operações militares, e que o factor interno da vontade da independência procurou sempre fortalecer-se com apoios estrangeiros, como se o seu procedimento, ditado por condições naturais ou invencíveis por sua vontade, já correspondesse, na origem, à predestinação nacional de buscar e sustentar nos séculos futuros, alianças extra-hispanicas.

Quando chega às linhas do cerco de Lisboa, já D. Afonso Henriques vinha amadurecido pela experiência de vinte anos de acção diplomática, de esforços diligentes que acompanharam ou precederam os movimentos das suas armas; e dêsse ciclo hesitante e confuso em que o juizo histórico tem de ser cauteloso, por certo ficará sendo das mais gloriosas páginas de política portuguesa contra o perigo estrangeiro, a portentosa luta, sustentada pelos

arcebispos de Braga com as Sés de Santiago e de Toledo, para assegurar o primado da mitra bracarense que importava para Portugal a independência da supremacia politico-religiosa dos reinos vizinhos.

Nas campanhas contra os piores inimigos da Terra e da Fé, não recorria o Rei ao auxílio das nações cristãs mais próximas, planeando e conduzindo a termo as suas expedições com os próprios recursos de armas e de gente, às vezes com o auxílio dos cruzados, duas contra Lisboa, outras duas tentativas contra Alcácer.

Foi um guerreiro pobre de recursos materiais, mas ardiloso e intrépido, sagaz na prudência e receio de que a partilha da vitória importasse alguma vez a divisão dos domínios ganhos pela sua espada.

Que esse procedimento não era coincidência, mas intenção e método, verifica-se na tomada de Silves (1189) por seu filho e sucessor, acção em que aliás já tomam parte os navios portugueses.

E pelo contrário, seria de Castela que nas graves ocasiões futuras viria a mensagem a pedir auxílio ou socorro contra o perigo da moirama: Navas de Tolosa (1212) e Salado (1340) dignamente o atestam.

Assim, o plano da independência nacional que o Conde D. Henrique terá porventura concebido, a que a Rainha Teresa deu alento e pertinaz execução, transfundira-se no

sangue e na alma do Príncipe que para sempre lhe ficou fiel, como a um voto da Ordem da Cavalaria: por todos os meios e em todas as ocasiões, ao sol da vitória e aos maus ventos da adversidade, consumiu forças e vida a dar-lhe cumprimento.

Para esse desígnio, a sua vontade decidida antecipava-se aos acontecimentos que nem sempre podia dominar.

Antes da vassalagem à Santa Sé, da conferência de Zamora e da própria batalha de Ourique, na carta de doação aos cônegos de Santa Cruz, do mês de Março de 1139, já D. Afonso Henriques se intitulava firmemente: *portugalensium rex, comitis Henrici et regine Tharasie filius, magnique regis Alfonsi nepos* — rei, filho de rainha e neto de rei.

Qualquer que tenha sido a importância politico-militar daquela batalha, o monarca português que aos catorze anos de idade assumia a prerrogativa régia de se armar cavaleiro por suas mãos na catedral de Zamora, ao dar-se aquêle recuento, já gozava da plenitude do poder real, expressa nas condições essenciais do exercício da soberania e da sucessão dinástica.

A segunda capital do Condado e a primeira do Reino era a cidade de Coimbra, e dos seus muros se dirigiam para o Sul as conquistas regulares e também os algaras e fossados, através da vasta província

Belata, que os árabes possuíam e defendiam com ardente tenacidade.

De Coimbra e depois de Leiria, ousara o Rei avançar com as duas tentativas ou operações de reconhecimento contra Santarém e contra Lisboa, já com o auxílio de setenta velas francesas, que haviam entrado pela barra do Douro e demandavam a Palestina.

Era a cidade de Lisboa já naquela idade cousa muy principal, escudo da gente mahometana, e cruel inimiga do povo christão, El Rey Dom Afonso a tratava de acquerir por esta causa, destinando nella o fundamento principal da Monarquia lusitana.

Para este fim lhe pôs cerco em o ano de 1140, mas sahio pequeno o apparatus para tão grande empreza.

Assim informa concisamente Frei António Brandão.

Os expedicionários cristãos contentaram-se desta vez com a fácil presa dos casais e com a destruição dos campos.

Sete anos mais tarde, aos trinta e seis de sua idade e no primeiro de casado, o Rei de Portugal, investindo de novo Santarém com uma pequena hoste só de portugueses, ganha a cidade por surpresa no assalto de 15 de Março. Aqui, na plena posse dos seus recursos, já elle era o chefe que manda e comanda, quem prevê e provê, o conquistador de cidades e o organizador da administração, promovendo fundações, constituindo autoridades,

ordenando doações e concedendo forais ao povo das vilas.

Era um acto preparatório, uma condição prévia para a regular e segura conquista de Lisboa, a posse de Santarém.

Esta cidade equivalia ao domínio do Ribatejo e da parte meridional da Belata, posição expugnável em defesa atenta, pôsto de remuniciamento, pois que há oito séculos, como hoje, já as lezírias de Santarém eram a nossa região mais fértil; a sua occupação também acabaria com um reduto temível de onde os cavaleiros árabes frequentemente saíam para talar os campos e as fronteiras cristãs.

Mal passados dois meses, subia o Douro uma grande armada, quasi duzentos navios com soldados e peregrinos de diversos países — francos, bretões, normandos, flamengos, alemães, ingleses, escoceses, todos alistados na segunda cruzada que o monje Bernardo, abade de Claraval, andára pré-gando com tal fervor que para ela partiram os próprios reis de França e da Alemanha, Luís VII e Conrado III.

Concentrados em Inglaterra, no pôrto de Dartmouth, dali velejaram para a Galiza e para o Douro, subindo o rio em 16 de Junho.

Na véspera da arribada, D. Pedro II, bispo e senhor do Pôrto, recebera carta do Rei a encarregá-lo de convencer os cruzados a entrar na conquista de Lisboa, oferecendo-

lhes as mais amplas concessões e honras.

Reunidos no cemitério da cidade, ai lhes dirigiu um discurso em latim, que os intérpretes iam traduzindo nos respectivos idiomas.

Nas suas alegações e justificações, ao imperativo de combater os infiéis, à necessidade de livrar a costa marítima das audácias dos piratas, juntava persuasivas promessas de recompensa.

Bem recebida e aceite a proposta por aquela assembleia heterogénea, reunidos os navios em que, por causa do temporal, se atrasaram os comandantes Conde de Areschot e Cristiano de Gistell, e tendo já chegado de Braga o famoso arcebispo D. João Peculiar, partiu a armada para o Tejo, com os dois prelados portugueses a bordo, vindo ancorar em frente de Lisboa, a 28 de Junho, véspera de S. Pedro.

Nêstes poucos dias, o Rei completava a sua hoste, acrescentada em homens e engrandecida em força moral, com o recente e feliz êxito de Santarém.

Para assediar uma cidade marítima com a posição de Lisboa, defendida de boas muralhas com diversas tôrres, *muito forte de sitio e cêrca*, na expressão do cronista, faltavam ao Rei as forças navais.

Pôsto que, desde D. Teresa, haja notícia de alguma construção e operações navais no litoral do norte, insignificantes tinham de ser as nossas forças marítimas, reduzidas

a barcas, algumas fustas e galés, adequadas pelo seu pequeno calado à navegação fluvial.

Chegaram quási ao mesmo tempo as forças do Rei e os navios dos cruzados, cuja presença demorada nêste pôrto, não poderia ser indifferente para subministrar aos portugueses conhecimentos de construção e de navegação no mar alto.

As operações iam começar, mas não me cabe neste lugar evocá-las, seguindo o seu desenvolvimento, confiado como está êsse encargo a quem daqui a pouco o fará com a competência sobeja que me falta a mim até na medida necessária¹.

Com o Rei vinham os Cavaleiros templários e seu mestre Hugo Martins, os assistentes da Curia, os conselheiros, a peonagem dos campos e dos mesteres, o denodado Pêro Viegas, futuro alcaide da cidade.

Grande mérito teve D. Afonso Henriques, ao compreender a importância de Lisboa na vida do Reino e da Nação.

Para os próprios cruzados, a posse de Lisboa representaria o melhor e mais seguro ancoradouro, bôa escala nas rotas para o Mediterrâneo cristão, quando o último pôrto já longe ficava nas angras baixas da barra do Mondego. Assim a Europa Meridional e a África Mediterrânea, poderiam afoitamente estabelecer

¹O distinto escritor militar, antigo oficial sr. Satúrio Pires.

ligações e até relações regulares com o centro e o norte da Europa: de algum modo remontava-se às tradições fenícias e romanas, ligando o oriente cristão ao melhor pôrto do Oceano Atlântico.

Se não podemos aceitar sem reservas as informações que atribuem à Lisboa ducentista os títulos de grande metrópole de prazer e de luxo, rútila Bizâncio do Ocidente, inviolado tesouro de riquezas, facilmente crêmos nos seus encantos de cidade aprazível, como as melhores do Mediterrâneo, ditosa pelo abrigo amplo do seu pôrto e pelas delícias da luz morna do céu, em dias de inverno.

Abastecida de mimos das hortas ribeirinhas e de tôda a sorte de pescado, dava-lhe a natureza o benefício perpétuo da «alfama», a sua fonte de água quente, quando o Tejo lhe trazia de longe e de perto o tributo das palhetas de ouro, docemente arrojadas à praia de Almada.

Encarecendo as excelências da cidade de Lisboa, assim discorre o alcobacense Frei António Brandão:

O clima he temperadissimo, nem o inverno he rigoroso, nem o estio insofrível, como em outras partes, mas sempre em bom modo, e pouco dissemelhante à primavera, como se pode ver em as rosas e flores que se colhem em todo o ano. Os ares são puros, e fazem o terreno sadio. O provimento da Cidade he facil pella fertilidade da terra, e ocasião do rio, e Mar Oceano. De sorte que

concorrem a engrandecer esta Cidade muitas cousas juntas, cada hua das quais fazem illustres outras povoações, com que pode ter lugar entre as mais famosas do mundo.

Para os campos do alfoz seriam as oliveiras e a vinha as manchas mais repetidas do revestimento vegetal, no meio de terras de mato e caça, por onde só os vales de regadio e os nateiros da lezíria convidavam por certa recompensa os arados e os braços.

Ao delinear e valorizar, em provável conjectura, a fisionomia das cercanias de Lisboa, não podemos atribuir aos árabes, maus agricultores, as honras de tais dons e atractivos, esquecendo-nos da fecunda influência latina, do romanismo rural, transmitido das vilas às freguesias visigóticas e nestas continuado pela população hispânica, de profunda vocação agrária, que o domínio islamita não exterminou nem substituiu. Recordemos neste passo do episódio simbólico de Cincinato, de Varrão, de Columella e do seu tratado *De re rustica*, para realçar a dignidade em que pelo povo romano era tida a agricultura, quando o amor e cuidados dos campos, seus preceitos e regras foram cantados por Vergílio em eternos carmes. Por muito obliterada que estivesse a tradição literária romana, os processos de cultura dos campos haviam de manter-se e algumas práticas e usos estavam tão enraizados

que é possível surpreendê-los ainda hoje em nossas aldeias e casais.

A posse do Tejo que esta conquista ultimava em todo o seu curso navegável, era a segurança da saída e da entrada num pôrto que ampliava as águas num mar interior, facilitando a penetração das terras da margem esquerda e refrescando-as de humidade pelos braços e lagunas.

Era também a ameaça para Alcácer, pôrto das largas terras do Sul, que pela estrada líquida do rio dava saída ao trigo, às peles e ao gado, e que pela sua posição facilitaria os avanços para o Algarve.

A tomada de Lisboa transformaria Portugal, de país mediterrâneo pela sua natureza agrológica, em país atlântico, predispondo a vida da Nação para o rumo e expressão universal que há quinhentos anos definitivamente assumiu.

A relha iria alternar com a âncora, ficando desde então a nossa gente a lavar terras e a sulcar ondas, a colher sementes e a recolher peixes nas rédes por tôda a seara convulsa da costa e do mar alto, em que o sementeiro é Deus.

Aqui se definiu e fixou para sempre o dualismo económico da Nação portuguesa, a vocação marítima e a aptidão rural que brotariam das mais ocultas fontes do sangue, para que o *Leal Conselheiro* já possa encontrar nessa dupla actividade de cultivadores e pescadores, a base da economia nacional—

como pees em que toda a cousa publica se mantem e suporta.

Dos pescadores nasceram naturalmente os navegadores e para eles abrirá a mais concorrida escola de navegar este rio Tejo que os Templários já dominavam em todo o curso superior e que os monarcas irão fortificando, seguindo os vestígios romanos, como fronteira que jámais recuará.

Na pertinaz contra-ofensiva da reacção cristã, que duraria perto de oito séculos, a reconquista de Lisboa é um feito de cruzada, de cruzados do Ocidente e do Oriente, unindo-se em tal empreza um poderoso efectivo de aliados estrangeiros, para dar a este resgate o sentido europeu de que era digno.

Com a restauração de Lisboa, o novo Reino escrevia por sua mão, em auto solene, o foral que o libertaria das ambições de Castela. Por Lisboa, sua cabeça, por Lisboa, *vida e coração do rreino*, como dirá Fernão Lopes, Portugal é livre para sempre. De Terra Lusitana a Província Romana, de Condado a Reino, de Nação a Nacionalidade, certa unidade étnica e espiritual, preexistente desde o fundo das idades, prevaleceu em Lisboa e por Lisboa se consagrou. E por força da mesma unidade, afirmada no milagre constante do *querer nacional*, em contraste com as dissensões dos chefes muçulmanos, é possível a Portugal, ainda na adolescência, sair da velha Hispã—

nia, passar o Estreito para Ceuta e abrir aí o pórtico do seu maior destino, para continuar a cruzada pela costa de África, confundindo a na rota com que abraçou o Orbe, enquanto o crescente, à ilharga de Castela, ainda cobria as delícias doces de Granada.

Nesta empresa de expansão, nos rumos da Lusitanidade para rodear a Esfera, Lisboa no dizer do clássico Frei Amador Arráiz, apparece-nos *escolhida por Deos pera esclarecer o Mundo, & acender o lume da fee em gentes Barbaras, & nações feras; pera ajuntar o celebrado Ganges, com o Rio Tejo, & os fazer comunicar entre sy as riquezas que cada hum cria & trazer a comunicação, & commercio, tantas lingoas diferentes; & pera dar humanidade a tantas nações Idolatras & indomitas.*

Lisboa Portuguesa apresenta-se-nos como fim de um ciclo, o da posse real das terras ao norte do Tejo, e como certa esperança, ou já posse virtual das regiões do Sul.

Se, ao tomar Lisboa, Portugal rompe definitivamente a ambicionada unidade imperial da Hispânia que vinha na tradição romano-visigótica, ao entrar em Ceuta abrirá sem competição, o ciclo universalista dos descobrimentos, das verdades geográficas e da verdadeira catholicidade da fé de Cristo.

Sem a conquista de Lisboa, o Condado não se converteria em Reino, a Terra Portucalense não

poderia resistir à atracção centralizadora de Santiago e de Toledo.

Foi este Rio Tejo que tornou possível a aglutinação do Norte e do Sul, dominando e promovendo, desde agora, a circulação dos produtos da terra e do mar, verdadeira aorta no peito da Nação, oferecendo o seu curso à navegação até à fronteira remota. Larga e longa estrada de gente e de comércio por onde as galés e faluas, baldeando-se para bateis nas quietas angras dos afluentes, levariam o trigo, o sal, os panos, as espécies, o peixe sêco, à fome, às necessidades e ao gôsto da população interior das vilas e dos castelos.

E foi por Lisboa, na faixa central da Nação, através dos coutos de Alcobaça até aos campos do Mondego e a Coimbra, que a nossa língua com maior primor emanciparia a sua fonética e se afastaria do falar galego que hoje só vive na condição de dialecto.

Avançando para a tonalidade prosódica e para a coerente sintaxe, bastaram-lhe dois a três séculos para se tornar a obra-prima do génio português, obra de instintiva e perfeita unanimidade, para cuja realização divergências não houve, porque não tiveram de concertar seu acôrdo as três ordens do Reino.

Ao sitiar estes muros, D. Afonso Henriques aparece na história como o condutor triunfal de uma expansão que, por sucessivas jornadas de audácia e por afirmações vigorosas de bravura e tenacidade, faz

avançar a fronteira do Mondego até à linha do Tejo.

A sua conquista, se tinha de ser hostil aos dominadores muçulmanos, era sempre estimada e desejada pela população moçárabe, cristã nos sentimentos e nos ritos, que depois da vitória receberia jubilosamente o libertador. Por muito que admiremos a acção de comando do nosso primeiro Rei, a sua tática e astúcia, talvez não possamos explicar a unidade e dedicação das suas hostes, nem a importância numérica dos efectivos, se não tivermos em conta que a conquista era também resgate de cativos e libertação de prisioneiros, que de vontade ficariam a ser depois bons e fieis soldados.

Ganha a cidade de Lisboa, a Pátria Portuguesa já podia considerar-se perfeita: com suas terras e águas, com sua gente e religião própria, e com a língua já a desembaraçar-se das fórmulas comuns do Noroeste Peninsular, ela tinha agora a sua vida coordenada pela autoridade de um Rei hereditário, fórmula definitiva de continuidade e força política.

Depois de quatro meses de assédio, entra nestes muros, em direcção à mesquita, a procissão religiosa dos prelados de Braga e do Porto, e a formação militar dos portugueses, pela ordem combinada nas estipulações para o saque. Conta uma relação coeva da tomada da cidade que D. Afonso Henriques, cuja autoridade entre a cubiça e as vergonhosas dissensões dos cruzados,

soubera provar-se em tóda a nobreza da sua dignidade real, mandou logo arvorar uma cruz na tórre mais alta da cidadela, novo pendão de Lisboa, bandeira de Portugal baptizado em Cristo.

Esse signo, renovado ou não nos futuros séculos, desapareceu há muito do castelo de Lisboa.

Com louvor certo de tóda a Nação, trata o Poder Público de glorificar o feito que agora estamos comemorando por meio de um monumento digno do Rei e dos seus companheiros de armas, o qual virá a ser a expressão simbólica da vida política, militar e espiritual que dèste sitio de Lisboa se difundiu em feitos de guerra, em acção civilizadora, em sementeira de almas pelo vasto mundo aonde chegaram as nossas bandeiras.

Se tivesse a glória de ser artista, daria o meu concurso ao monumento, erguendo para as nuvens sôbre uma tórre de pedras trazidas pelas velhas vilas, uma cruz de bronze, ampliada das formas que andam nos sêlos rodados do Conquistador — para que fôsse aqui um perpétuo ofertório de almas, lâmpada votiva suspensa neste altar-mór da Pátria para acender nos dias festos e nefastos, dando ao ceu, à terra e ao mar, o testemunho da consciência nacional atenta, com alegre esperança no porvindouro destino desta inclita cidade de Lisboa, já enobrecida por oito séculos de vida cristã e portuguesa.

Alvorecer da Pátria

A tomada de Lisboa em 1147

Conferência proferida em 25 de Outubro de 1934,
no Castelo de S. Jorge, de Lisboa,
por Eurico de Sampaio Satúrio Pires, antigo oficial do exército

*Minhas Senhoras
e meus Senhores:*

A ilustre Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, entendeu dispensar-me a honra, que agradeço, de me convidar a usar da palavra na cerimónia altamente patriótica, que está decorrendo, e em que se comemora a tomada de Lisboa aos moiros, ocorrida em igual dia de 1147, após o porfiado sítio, que lhe puzera Afonso Henriques, o Grande e Egrégio Fundador da Nacionalidade Portuguesa.

E quiz levar ainda mais longe a sua gentil amabilidade, quando me considerou como uma das pessoas mais indicadas para traduzir perante V. Ex.^{as}, que fazem o favor de me ouvir, o alto significado militar do glorioso feito, que, mais uma vez, se relembra aos portugueses de hoje em dia.

Tenho porém,—devo confessá-lo desde já — o fundado receio, para não dizer a certeza, de desmerecer da confiança com que me distinguiram, porque, em boa verdade, nunca, em minha consciência, poderei tomar por especialização o que nem sequer ultrapassa, é bem de ver, aquele *quantum* do conhecimento da vida e do passado da sua Terra, que todo o português deve possuir para eternecidamente a amar e colocar acima — e bem acima! — de todos os amores e de tôdas as devoções, que possa albergar no Sacrário da sua alma. Ainda mais: para que a possa servir — e procurar «servir bem» na expressão exacta do juramento militar — através dos maiores sacrifícios, e com sacrifícios de toda a natureza, com consciência, em suma, a frio, sem entusiasmos, que muitas vezes não passam de fogachos passageiros, sem ceder

a seduções, por mais belas que os ideólogos as pintem — mas com a firme decisão, intransigente, irreductível e imutável, de a querer livre, eternamente livre na sua glória incomparável e naquela que é a mais bela, como a mais duradoira, e a mais verdadeira de tôdas as liberdades: a da sua independência, sem restricções, sem equívocos nem sofismas de qualquer espécie — absoluta enfim, e para sempre, como Nação!

Um palmo, uma polegada sequer de cedência sob êste ponto de vista equivaleria, a meu ver, a renegar por completo o esforço tenaz, hercúlio e secular das gerações que se sucederam, tendo como objectivo supremo a edificação da Nacionalidade, a sua consolidação no território, e a sua prodigiosa expansão através de todos os continentes, e de todos os mares do Globo, para a formação do Império.

Isto, e apenas isto, e mais nada, tem sido o que, como, de resto, com todos V. Ex.^{as} succede, tenho procurado cultivar em mim e gravar bem fundo e duma forma indelével na minha fraca intelligência mas, sobretudo, no meu coração de português, como é meu dever.

Porém como fui soldado, e educado desde os dez anos, como soldado, e portanto habituado desde criança a «obedecer» — eis a razão porque, julgando-me V. Ex.^{as}, da Câmara Municipal de Lisboa, com préstimos para êste fim — embora

eu continui mantendo que são limitadíssimos — me não recusei «ao serviço» e, por consequência, «obedecei».

E, ainda também, porque tive a honra de aqui servir, na unidade então aquartelada neste local, e onde, bem se pode dizer, terminei a minha carreira militar, não é a sangue frio que venho aqui falar e sem que me tome uma grande emoção, que V. Ex.^{as} decerto comprehendem, — tôda ela impregnada da saúde, da profunda saúde pelos officiaes distintíssimos e disciplinadores que aqui foram meus comandantes, e meus guias — Sousa Marques, Seabra de Lacerda, Albano Mendes da Fonseca e José Joaquim Peixoto, êsse que foi o admirável instrutor das môças gerações de aspirantes de infantaria de há trinta e tantos anos, gerações que hoje, com o cabelo a branquear, atingiram ou estão a atingir o posto de Coronel, — de verdadeira saúde ainda pelos aqui foram meus camaradas e pelos que foram meus subordinados de então.

*
* *

O problema militar de reconquista da Península e consequente expulsão do árabe e do moiro invasores, não pode, de forma alguma, separar-se do problema político de que aquele derivou e de que foi, como sempre acontece, decisivo instrumento.

Foi da formação das diversas nacionalidades confinadas a principio nas altas serranias da periferia da Península, para depois irem progressivamente alargando as suas raías fronteiriças e estreitando a zona inimiga, que derivou o aspecto militar da longa campanha, iniciada após a tremenda derrota do Guadalete e só definitivamente terminada perto de oito séculos mais tarde, com a tomada de Granada, pelos Reis Católicos. em 1491.

Problema pois, não de conjunto, porque embora o objectivo nacional (chamemos-lhe assim) fôsse tão só um, a verdade é que revestiu aspectos muito diversos consoante os «pontos de mira» particularistas de cada um dos núcleos armados — mais, das gerações sucessivas armadas! — que se lançavam na contenda para alargamento do território privativo.

Luís de Zulueta, até há poucos dias embaixador de Espanha em qualquer capital, ao propôr, há anos, para 1929, a celebração «nacional» do Milenário do Califado de Córdoba, pretendia que nos albores da Idade Média, ao iniciar-se o século x, a Espanha era o «Grande Povo», das três leis e das três religiões — de moiros, de judeus e de cristãos — que umas vezes lutavam entre si mas que noutras conviviam com exemplar tolerância.

É possível que, na aparência, assim fôsse e que nem sempre a Cruz se levantasse em som de guerra con-

tra o Crescente do Islam. Mas o que é indubitável é que, no fundo, a incompatibilidade de raça e de crença religiosa estavam sempre latentes e tão fundo essa incompatibilidade se manifestava que muitas vezes os reis não passavam, como se sabe, de moderadores da fúria popular.

Essa diversidade de fé religiosa mais se acentuou, no período da Reconquista, contra o moiro, porque este tinha vindo à Península à mão armada e como dominador e, portanto, por muito brilhante que fôsse, como foi de facto, a civilização do Califado peninsular, o árabe e o moiro não passavam de elementos estranhos que havia que expulsar, também «à mão armada», de novo para a outra banda do Mediterrâneo. E, isto, enquanto não se foi, como nós fomos, com a geração de Aviz, buscar o moiro ao próprio Gharb de Além-Mar para o reduzir à obediência e ao domínio cristão.

Esse sonho desfez-se, para nós, desastrosa mas épica em Alcácer Kibir.

Portanto, dois problemas — o militar e o político — a par e intimamente amalgamados pelo ideal religioso, único elo, no fim de contas, que, durante séculos, até ao despontar da Idade Moderna, vem a ser o que dá verdadeira unidade, e essa apenas espiritual, à Península.

Porque, quanto ao resto, cada Hoste combatia, dos Pirenéos às costas do Atlântico, pelo seu pen-

dão, pelo seu Chefe e pela sua Pátria particular.

Não houve pois «Comando» único efectivo, antes, pelo contrário, diversos «sectores», por assim dizer, autónomos de operações.

Isto é: Direcção única de facto houve-a: a orientar e a coordenar superiormente os esforços, a fazê-los convergir no objectivo comum, a prégar inclusivamente a Cruzada Militar e política do Ocidente, como a dirigir em conjunto a política internacional da Península — e essa foi a da Cúria Romana, pela voz e pela acção dos seus Pontífices.

E apenas esta.

*

* *

Após o Guadalete, retirando na frente de Musa e de Tarik, os visigodos, destroçados na decisiva batalha andaluza, haviam tomado estradas de marcha divergentes: uns, seguindo para norte, primeiro, na intenção de cobrir Toledo e depois, forçados a um mais acentuado retrocesso, haviam-se acolhido às serranias Cantábricas; outros, através da Andaluzia e seguindo as costas mediterrâneas ou os vales do Guadiana ou do Guadalquivir, às regiões montanhosas e ásperas da Navarra, da Catalunha e do Aragão, de modo a procurarem interpôr, entre eles e o maometano vitorioso, o fósso profundo e difficilmente vadeável do Ebro.

A luta secular vem, pois, a travar-se, separadamente, nas Astúrias, na Navarra, no Aragão e Catalunha, ao longo da extensíssima frente estratégica de batalha, que ia do Finisterra, em diagonal, pelo Massiço central, à embocadura do Ebro, com zonas e teatros de operações absolutamente distintos e delimitados pela orografia acidentadíssima da Península.

Por consequência: ataques divergentes dos árabes, operando em linhas interiores, e irradiando das suas bases do sul e do oeste da Península contra os diversos núcleos ou pontos de apoio da frente da resistência cristã.

Por duas vezes essa grande frente de batalha é perfurada e esteve, especialmente, a ponto de se subverter: a primeira, em 732, com Abd-er-Rhman, que galga os Pirineus e irrompe pela Galia. Carlos Martel salva a Cristandade destroçando-o, porém, em Poitiers. Dois séculos mais tarde, quando um general de génio, Almansôr, se apossa de Toledo e leva tudo na sua frente até Santiago e quasi até à cidadela de Covadonga, novamente.

Mas, afora estas tentivas, a iniciativa da guerra, passa a ser dos exércitos cristãos.

Separadamente, devemos acentuá-lo! Porque na grande ofensiva contra o árabe e contra o berbere, Astúrias, e depois Leão e Galiza, e, ainda depois, Castela, operam por um lado, ao passo que indepen-

dentemente e quasi sem ligação com elas, a Navarra e, depois, o Aragão, a breve trecho ligado dinásticamente à Catalunha, combatiam por outro. O primeiro núcleo ao longo da costa ocidental e atlântica e através do planalto da Velha Castela. O segundo, com a esquerda apoiada sempre no Mediterrâneo.

Assim foi durante séculos.

Da *extrema direita* dessa linha de batalha e da ocupação sucessiva e subsequente do território reconquistado, se formou o Portugal de Afonso Henriques.

A Castela, primeiro ligada, como condado, à Navarra, em breve se tornava independente e fundia-se, a seu turno, com Leão, para formar a Monarquia galaico-asturiana e constituir, assim, militarmente, o *centro* cristão.

Aragão e Catalunha, *na ala esquerda*, avançavam até Valência, com Jaime, o Conquistador.

*
* *

Nós combatemos portanto sempre na extrema direita da grande frente de batalha e a nossa zona de operações estava pois perfeitamente delimitada, definida e orientada desde que se constituirá o Condado Portucalense: a faixa rectangular em frente, abrangendo o curso médio e inferior dos grandes rios que vão ao Atlântico, e indo até à foz do Guadiana, na costa Sul do Gharb.

Objectivo principal de toda a evidência: Lisboa, pela importância geográfica e comercial do povoado e ainda pela robustez das obras de fortificação, que a defendiam e encerravam.

Mas, sobretudo, porque com o seu porto magnifico, nos dava o absoluto senhorio do mar. E foi só quando esse senhorio incontestado se alcançou, pela cooperação e aliança dos Cruzados do Norte da Europa, que Afonso Henriques se abalçou a vir investi-la.

E é bom notar que o avanço para o sul do Mondego foi progressivo, cauteloso e bastantes vezes incerto. Mas, uma vez marcadas bem as posições de frente de Santarém a Leiria e assegurado o encerramento da cidade, pela banda do rio e do mar, com os navios dos Cruzados, a operação militar fez-se.

Levou tempo o sítio—uns quatro meses, como se sabe, de Junho a Outubro, que foi quando a cidade faminta e desmoralizada pela violência dos ataques, se rendeu.

Por ocidente investiam-na os ingleses, aquitanos e bretões, que tinham o seu campo em S. Francisco.

Por oriente os alemães, acampados em S. Vicente.

Os portugueses, com D. Afonso Henriques, na Graça e em S. Gens.

Ao todo uns vinte mil homens, que tiveram não só de fazer frente a todas as ásperas e sangrentas opera-

ções de um prolongado cêrco, como também às sortidas impetuosas de defesa, das quais a mais importante e renhida foi a de 3 de Julho.

Em 29 de Setembro era aberta a brecha, por meio de mina, no lanço de muralha, que corria aproximadamente onde hoje fica a Rua da Padaria, mas o defensor, com heroísmo, repele a hoste assaltante formada de ingleses. Dezassete dias mais tarde, em 16 de Outubro, abate, para as bandas de Alfama, repentinamente, outro lanço de muralha que já fôra anteriormente minada, mas ainda desta vez o assalto parcial é repellido.

Até que, finalmente, assente o ataque geral e decisivo para 20 ou 25 de Outubro, a cidade capitulou.

*
* *

O que obrigou à capitulação incondicional: a famigerada tôrre descendo a sua ponte levadiça sôbre o adarve, lá em baixo, junto aos lameiros do Tejo, ou o golpe de mão, audacioso e heroico, sôbre aquêle pano de muralha que fica aqui bem perto, para, à semelhança de Santarém, por surpresa a galgar, ou então, para, à viva fôrça, a transpôr, através da legendária porta?

Longe de mim o pretender assentar, aqui e neste momento, num juízo definitivo sôbre o caso, tendo já, além disso, o assunto sido estudado com grande proficiência, em

tempo, por verdadeiras autoridades na matéria, como a dos ilustres officiais, que são os srs. tenente-coronel Costa Veiga e capitão Gastão de Matos.

Se se me permite, todavia, um modo de vêr pessoal, sempre diremos que as operações bem poderiam, talvez, ter sido coordenadas e, corrido, inclusivé, simultaneamente, pois não é de molde a ser posta de lado a hipótese de, ao mesmo tempo, se haverem executado ataques de natureza diversa sôbre dois ou, até, mais pontos da linha de defesa.

Que o feito imorredouro de Martim Moniz, foi uma realidade histórica, isso afigura-se-nos que sim.

Poderá não ter vindo até nós de uma tradição coeva mas chegou pela tradição oral até ao primeiro documento escrito, que o refere e precisando-se-lhe o local e os detalhes.

É, além disso, um tão alto exemplo de Valor militar e do cumprimento do Dever levado até ao Sacrifício que nós precisamos aponta-lo aos Portugueses de hoje e relembrá-lo e glorifica-lo neste momento!

Se elle teve o decisivo condão de fazer capitular a praça, com um golpe atirado quási sôbre a sua Alcaçova, outros de maior competência que o digam, pois o que me incumbe a mim, nesta ocasião, é tão só acen-tuar o alto significado militar da tomada da Cidade.

E esse resume-se e condensa-se em muito poucas palavras: foi a posse desejada da Capital geográfica e política do Portugal nascente, ou, melhor, mas muito melhor, na expressão lapidar e conhecida de Oliveira Martins:

«A acta onde se lavrou o nascimento da Nação Portuguêsa».

E com isto, está dito tudo.

Dai por diante, até à completa posse, um século mais tarde, dos limites naturais, nas penedias da costa algarvia, a-pesar-de tôdas as inevitáveis flutuações da frente de batalha, jámais o adversário logrou galgar o fôssco largo e profundo do Tejo, frente à Capital.

Conquistou-se e perdeu-se Almada, Alcácer e Silves. Um golpe audaz, um verdadeiro *retôrno ofensivo*, do mouro, levou-o mesmo até Abrantes e quási até às portas de Coimbra. Mas a posição principal estava, para êle, irremediavelmente perdida, e, com ela, tôda a supremacia militar e política que, porventura, houvesse algum dia tido sôbre o Cristão.

O Tejo seria de ora avante a barreira intransponível!

Às Milícias Monásticas dos Templários, de Sant'Iago e de Aviz, — na sua essência e modo de ser, com tantos pontos de contacto com a dos exércitos permanentes modernos, pois nelas, na justa expressão desse belo espírito, que foi o de D. Tomaz de Vilhena, Conde de Vila Flor, «se aprendia» não só «a servir a Deus»

mas também «a defender a Patria, a amar o sacrificio e não temer o perigo» — *tropa de choque* como foi em Zalaca, nas Navas e no Salado, simultâneamente dominadores e destacamentos vigilantes de cobertura de fronteira, a par de colonizadores e arroteadores da terra, como eram êsses monges-guerreiros arregimentados sob uma severíssima disciplina em comunidades «a um tempo cenóbios e casernas» (a expressão é ainda de D. Tomaz de Vilhena) — às Ordens Militares de Cavalaria, ia-mos dizendo, se deveu fundamentalmente a consolidação e segurança e a posse definitiva de todo o territorio de Além-do-Tejo, — obra tenaz e levada, em grande parte, a efeito com aquele alastramento «en tache d'huile», que séculos mais tarde, o grande Liautey preconizaria e faria aplicar na conquista e civilização da zona marroquina francêsa.

*
* *

Devo, no que tive a honra de vos expôr e na forma imperfeita, como o fiz, ter, quando muito, dado uma bem pálida e morttça idéia da grandiosa significação militar desta memorável data.

Fomos grandes, sem dúvida, indo, através dos Oceanos, fundar e conservar o grande Império, que, hoje como sempre, é o orgulho das quinas de Portugal.

Terçámos armas com «valor e brio», em Ceuta, em Tanger, em Arzila, em Alcácer-Ceguer, em Saffim e em Azamôr, numa verdadeira «escola prática», que deu sólidos, heróicos e esplêndidos soldados.

O nosso prestígio na zona do Norte de África ainda hoje perdura e é intangível.

Pois muito bem: nada disso se teria realizado sem que o Portugal da Metrópole estivesse definitivamente constituído e sem que a idéia de Nacionalidade, livre e independente, vivesse enraizada, até à medula, na alma de sucessivas gerações de portugueses.

É que a obra de alicerçar havia sido sólida e bem cimentada.

Nela assentaria indestrutível o Portugal de hoje.

Aljubarrota — o milagre de Aljubarrota! — foi logo a afirmação clara e insofismável de quanto podíamos e do que queríamos.

Como mais tarde, só uma Nação, que tem fundamentalmente radicado o sentido de Independência, poderia sustentar, como Portugal sustentou, e durante vinte e oito anos, em seguida a 1640, uma tão dura e porfiada campanha, como foi essa da Restauração, e consentir nos sacrifícios de tóda a ordem, em homens e em dinheiros, que, a bem da Nação e para a sua liberdade, lhe foram patrióticamente impostos!

Só um povo irredutivelmente decidido a viver livre e independente poderia, emfim, encontrar

em si a grande reserva de energias que lhe permitiram, após sessenta anos duma sistemática desorganização e duma apagada e afrontosa «servidão militar», apresentar em campo e vasado na sua organização nacional de 1576, um Exército com tão heróicos «terços» e denodados esquadrões, como êsses que, do Montijo a Montes Claros, se cobriram de glória e salvaram a Pátria, sob as ordens de generais da alta capacidade militar de Matias de Albuquerque, de D. Sancho Manuel, de Schomberg e do Conde de Cantanhêde.

*
* *

*Minhas Senhoras
e meus Senhores:*

A Pátria assim se formou e assim se manteve, até nós, pelos séculos fóra. E assim «se manterá», sem outra qualquer modalidade, federativa ou não federativa, que nos possa diminuir ou levar a um Portugal em plano inclinado para uma Soberania restrita.

Por isso, formando um todo com a basilar importância da Grande Data que hoje aqui se comemora, está, para nós todos, os portugueses da actualidade, não só a lembrança das virtudes e do esforço da Raça e da sua gente de guerra, na formação e consolidação da Nacionalidade, mas ainda — e muito mais! — a confiada segurança de que a

Nação, e na sua vanguarda o Exército, mantém intactos esses nobres predicados, porque, por maior que seja a civilização dum povo, e por maior requinte que ela atinja, nunca isso impediu que as suas tradições e virtudes guerreiras e patrióticas se mantenham rigidamente firmes!

Quanto não tem variado, por exemplo, a concepção do Exército — e o Exército será sempre a grande escola de deveres para com a Pátria! — e a sua estrutura, até hoje, desde a Hoste medieval, que tomou Lisboa...

Depois do «homem de armas», do «besteiro do Conto» e das improvisadas *gentes de pé* dos senhores, da Primeira Dinastia, o «piqueiro», o «arcabuzeiro» e o «bombardeiro» da Renascença, já arregimentados regularmente nos «terços» e «esquadrões» da nossa organização de 1576, com que mobilizámos para as campanhas de Alcácer Kibir e da Restauração. E a par deles, o «Mercenário», guiado pelo destemido «condottieri».

Depois, o profissional, voluntário ou «apanhado a cordel» que fôsse, dos séculos XVII e XVIII e princípios do XIX, que encanecia na fileira.

Em seguida, a tropa, que nós todos ainda conhecemos, de serviço progressivamente reduzido, mas pessoal e obrigatório, do «Avan-Guerre» e que vem até ao presente. Até aquela modalidade nova que, perante a cada vez maior de-

licadeza e multiplicidade dos modernos engenhos de combate, exigindo apuradas especializações, para que se não convertam em esbanjadores perdulários do cartuchame, o General Von Seckt dá como solução:

«No meio da Nação integralmente mobilisável, outra vez, o núcleo profissional e voluntário, relativamente pouco numeroso, mas bem armado, bem adestrado e duma coesão a toda a prova, que só uma larga permanência na fileira lhe pode dar.»

Isto é: três etapas sucessivas em oito séculos: a das mobilizações mais ou menos de momento, as dos exércitos permanentes com a dos exércitos permanentes e suas reservas e a da actual Nação Armada.

Mas, bem vistas, no entanto, as coisas, o que apenas se tem alterado tem sido tão só as modalidades derivadas da utilização do armamento e dos métodos de batalhar, porque, no fundo do seu modo de ser, o espírito das Instituições armadas, com os predicados fundamentais a exigir dos seus homens de guerra são, na sua essência, sempre os mesmos através das idades e baseadas sempre nas mesmas virtudes e nos mesmos sacrifícios e renúncias:

o Valor,
a Lealdade,

a Disciplina, sempre baseada no exemplo, no direito e no orgulho de comandar dos chefes e na confiança e obediência dos subordinados.

E com elas a firmeza nas ocasiões de triunfo, como nas de desgraça — «a Arte de saber morrer bem», enfim, numa profissão tãda ela feita de desprendimento, tãda despida de ganância e do espírito de lucro: aquela «pobreza doirada», apenas com as três descargas de ordenança na hora do funeral, que deve ser o orgulho e o timbre de todo aquele, que tem a honra de vestir uma farda—ou de Marechal, ou de simples Soldado que seja.

Sob o ponto de vista moral não tem havido, como se vê, porque não pode haver, evoluções possíveis.

«Considerado como elemento social e moral» — observa-o Pierre de Mac-Orlan — «o soldado, a não ser nos detalhes do uniforme e nos do manejo do armamento, pouco tem mudado de Século para Século».

É que, por maiores que sejam as modificações introduzidas no material pelo progresso científico e industrial — «uma só coisa não variou, porque essa não muda; *o coração do homem*» — disse o um dia esse grande pensador militar francês, que foi o coronel Ardant du Picq.

«Servir bem» foi sempre «Servir bem», e com igual significado, e tanto foi dever para aquele, «do officio duro de pelejar», que noutras idades vestiu a armadura e a cota de malha de ferro, como o é para o que, hoje em dia, enverga a farda e usa o «botão amarelo».

Esse «Servir bem», nas horas, umas vezes turvas e outras trágicas, que o Mundo vai atravessando, e em que um inimigo terrível e inexorável ataca em tãdas as frentes e usa, sem a mínima preocupação das Leis da guerra, de todos os processos e de todos os meios de dissociação e de destruição — esse «Servir bem», resumiu-o, não há muito, um grande Soldado do seu País — o Marechal Hindenburgo, nestas sóbrias e eloquentes palavras, do seu Testamento político, que marcam bem, como «factor moral», a posição dum Exército moderno:

O Exército não é só um instrumento de defesa ou de ataque contra o inimigo externo. O Exército é, sobretudo, uma forma de Ética viril, um exemplo de Moral, de Beleza e de Ordem: Ossadura do Estado, norma de sacrifício e espelho de perfeição!

Assim tem de ser, com efeito!

E porque lho impõe imperativamente a sua admirável e secular Tradição militar e porque lhe incumbe manter intangível a Obra heróica e porfiada doutras eras e doutras gerações, e, ainda e finalmente, porque ao seu País nunca recusou, em todos os tempos e em todos os campos, os mais desinteressados, constantes e inestimáveis Serviços, assim deve ser — assim é o Exército de Terra e Mar de Portugal!

Tenho dito.

Exposição comemorativa do Terremoto de 1755

I

*Entre as iniciativas do Pelouro dos Servi-
Culturais, da Câmara Municipal de Lisboa
conta-se esta: a Exposição biblio-iconográfica
comemorativa do Terremoto de 1755.*

*Realizou-se no Pavilhão de Festas do Parque
Eduardo VII, inaugurou-se no dia 1 de No-
vembro de 1934, e encerrou-se no dia 11.*

*Essas duas datas polares foram assinaladas
por duas conferências: a inaugural sob a Pre-
sidência do Sr. Presidente da República, pelo
Sr. Conde de Tovar, a de encerramento pelo
Sr. Dr. Manuel Múrias.*

*Codificada no respectivo catálogo a expo-
sição, aqui nestas colunas ficam registadas as
duas notáveis conferências.*

As conseqüências económicas do Terremoto de 1755, pelo Sr. Conde de Tovar

*Ex.^{mo} Sr. Presidente da Repú-
blica.*

*Ex.^{mo} Sr. Ministro do Interior.
Minhas senhoras e meus senhores.*

Por amável deferência da Câ-
mara Municipal de Lisboa, fui há
tempo convidado a realizar uma

palestra por ocasião da abertura de
uma projectada exposição destinada
a comemorar o terremoto de 1 de
Novembro de 1755. Aceitei sem
vacilar e escolhi por tema «As Con-
seqüências Económicas do Terra-
moto de 1755». Se eu soubera nessa
altura da imponência que se pre-

tendia dar ao acto, e da categoria das pessoas cuja assistência havia de ser solicitada, ter-me-ia certamente excusado, para ceder o lugar a outro conferente mais à altura de de tal auditório. Quando tive notícia do que se preparava, já era tarde para retroceder. Da minha leviandade em aceitar serão V. Ex.^{as} as vítimas. "Da vossa benevolência solicito e espero o meu indulto.

Entre o megasismo que assolou Lisboa em 1755 e o conflito armado que dilacerou a Europa de 1914 a 1918 não há, aparentemente, analogia alguma. O primeiro foi uma convulsão da natureza, o segundo foi obra dos homens; o primeiro durou apenas alguns minutos, o segundo arrastou-se em quatro longos anos; o primeiro afectou a cidade de Lisboa e o seu termo; o segundo convulsionou a maior parte da Europa, ou melhor o Mundo inteiro.

Mas estas duas causas tão diversas deram origem a situações económicas que, embora diferentes em magnitude, são no entanto perfeitamente identicas nas suas características principais: territórios devastados, riqueza destruída, numerosos seres humanos reduzidos à indigência, desorganização do comércio e da indústria. A seguir ao terremoto de 1755 e após a Grande Guerra os governantes encontram-se defrontados com os mesmos problemas: necessidade de acudir com urgência a uma população sem eira nem beira e impossi-

bilitada de prover com o seu trabalho à própria subsistência; necessidade de reedificar no mais curto prazo um número considerável de prédios destruídos; necessidade de evitar ou de reprimir especulações desordenadas provocadas pela anomalia das circunstâncias; necessidade de repôr em andamento as actividades produtivas da nação, de reorganizar em bases novas essas chamadas «fôrças vivas» e de impulsionar-lhes o trabalho, a pesar da falta que, para tal ressurgimento, resulta do desaparecimento dos capitais aniquilados pelo cataclismo... eis um punhado de problemas económicos que ainda hoje ocupam os pensamentos e as energias dos nossos Ministros, mas que também absorveram os pensamentos e as actividades dos Ministros de El-Rei D. José nos anos que se seguiram ao terramoto de 1755.

Se das situações iniciais passarmos ao exame dos fenómenos que se lhes seguem, isto é, à marcha ou evolução da crise económica, veremos que a analogia persiste não só nos fenómenos propriamente ditos, mas até no modo por que são encarrados pelos governantes e nas próprias providências que estes adoptam para remediá-los.

Após o terremoto, como a seguir à Grande Guerra, a situação caracteriza-se por um forte desequilíbrio entre a procura e a oferta, acompanhado pela desorganização quási completa dos organismos que têm

por missão satisfazer essa procura: a indústria e o comércio. Desta situação inicial nasce a crise econômica, com duas fases bem distintas: uma primeira em que a procura excede oferta, e uma segunda em que se dá a inversa.

Na primeira há falta de tudo, e os preços sobem com uma velocidade crescente. O mesmo sucede com os salários e com a taxa de juros. Fazem-se grandes lucros. A febre dos negócios apodera-se de numerosas pessoas até aí completamente alheias aos negócios. Surgem como cogumelos os chamados milicianos do comércio. Todos especulam e todos ganham. Atraída pela facilidade desses lucros, que só podem realizar-se nos grandes centros, muita gente dos campos larga a enxada e o arado e afluí à capital em demanda da fortuna, dando origem a um problema de ordem econômica e social a que hoje se chama o urbanismo. Na capital faltam as casas para acomodar a gente que fez dinheiro e quer alargar-se, e mais aquela que vem de fóra atraída pela miragem da especulação. As rendas das casas alcançam preços inauditos e criam para os governos outro problema especial chamado do inquilinato.

Neste primeiro período da crise todos se iludem com os lucros que realizam, com a prosperidade fictícia que desfrutam, e ninguém se queixa. A atmosfera febril e deletéria transtorna os juízos e pollui os

caracteres. Para fazer negócios todos os processos são bons. Nos primeiros tempos recorre-se principalmente aos açambarcamentos. Depois vai-se para a produção industrial: lançam-se empresas sem condições de vida, que fabricam por um custo absurdo, mas que inicialmente desfrutam de aparente prosperidade porque nessa altura a questão dos preços é secundária, e o que importa é ter coisas para vender, seja por que preço for. À medida que a crise vai andando e que diminue o desequilíbrio entre a procura e a oferta, estes meios de fazer fortuna rápida vão-se tornando impossíveis, e então recorre-se a processos mais condenáveis: às quebras fraudulentas, às burlas de toda a espécie, aos vulgares roubos com ou sem falsificação de contas.

Mas finalmente chega o momento em que a oferta alcança e ultrapassa a procura. Abre-se então a segunda fase da crise: a da derrocada. Os preços entram em descida precipitada, provocando a ruína não só dos especuladores (o que é um bem) mas ainda dos negócios e das indústrias regulares — o que é um grande mal. Com a velocidade adquirida, os preços chegam a um nível tão baixo que não permitem a realização daqueles lucros mínimos sem os quais não pode haver indústria e comércio sãos. Multiplicam-se as liquidações ou falências de firmas antigas e boas. Para uns é a ruína total dos seus haveres; para outros

é a negrura do desemprego; para todos são sofrimentos e misérias. Do embaratecimento da vida já pouco se aproveita porque se os preços estão baixos, mais baixos ainda estão os recursos dos compradores.

Felizmente, não há mal que sempre dure. A mistura com os milicianos e novos-ricos desapareceram na derrocada económica muitos comerciantes e industriais da velha guarda, muitas fortunas constituídas pelo trabalho de gerações sucessivas, vítimas inocentes de uma situação para a qual em nada contribuíram, e da qual não chegaram sequer a auferir qualquer benefício transitório. Mas nem todos pereceram. Como diz o rifão: entre mortos e feridos alguns escaparam. Da própria rarefacção das actividades resulta uma situação económica mais sábia que, aos poucos, muito lentamente, provoca o reajustamento dos preços e dos salários, um novo equilíbrio entre a oferta e a procura. Na altura em que acaba a descida catastrófica dos preços e em que começa a manifestar-se aquela tendência para um novo equilíbrio, a crise propriamente dita pode considerar-se terminada. No período que se lhe segue subsistem — é claro — as consequências da crise; ainda são grandes os sofrimentos e a miséria social; mas já não é a crise, é o seu rescaldo; já não é a doença, é a convalescença. A Nação sente-se melhorar, vê as suas

fôrças restabelecerem-se de dia para dia, sai da prostração em que caíra, renasce-lhe a fé no seu próprio ressurgimento, firma-se-lhe a confiança nos Médicos que a estão tratando. Isto já não é a crise: é o regresso à normalidade... a uma normalidade melhor do que aquela que prevalecia antes da crise!

Meus Senhores—esta descrição que acabo de dar-lhes não é apenas uma síntese dos fenómenos económicos que se desenrolaram entre nós a seguir à Grande Guerra, e que todos tendes presentes. E' também a síntese do que sucedeu no nosso País nos anos que se seguiram ao grande terremoto de 1 de Novembro de 1755.

Para o estudo da crise setecentista faltam-nos infelizmente as estatísticas, mas temos a copiosíssima legislação pombalina daqueles anos, em cujos relatórios encontramos todos os elementos necessários para, à luz da nossa experiência moderna, reconstituirmos a evolução daquela crise precursora da nossa.

O exame dessa legislação revela-nos que a crise económica provocada pelo terremoto durou cerca de 7 anos, terminando em 1762 com a nova situação resultante da guerra com a Espanha. Durante aqueles anos, a grande maioria dos diplomas legislativos são de carácter económico e têm expressa ou implicitamente por objectivo, debelar males que não são mais do que

aspectos ou conseqüências de uma crise económica identica à dos nossos dias. Em 1762 a guerra com Espanha vem pôr termo a uma crise que — segundo veremos — já se encontrava na sua última fase. Pombal deixa de preocupar-se com assuntos económicos para dedicar-se exclusivamente à reorganização do Exército. Os diplomas que promulga de 1762 a 1765 versam, quasi todos, assuntos militares, tornando-se raríssimos os de carácter económico. Esta mesma raridade, e por vezes os próprios considerados dos diplomas, mostram-nos à evidência que a crise já tinha passado.

Mais tarde — posteriormente a 1765 — recomeça o Marquês de Pombal a ocupar-se de economia política e a promulgar neste campo medidas importantes. Mas nos diplomas desta nova série já não se encontram referências a situações identicas às dos nossos dias. A legislação referente à crise concentra-se toda nos anos de 1755 a 1762 e é nesses anos que devemos, portanto, localizar a própria crise.

Analisando-se por miúdo esses diplomas de 1755 a 1762, verifica-se que a crise do terremoto teve (como a nossa) duas fases. A primeira, em que a procura excede a oferta, (os dias aureos da especulação e das negociatas) estende-se aproximadamente até fins de 1757. Nesses dois anos as medidas pombalinas inspi-

ram-se quasi tôdas nalgum dos objectivos seguintes:

Obstar à subida dos preços em geral, e muito especialmente no que toca aos géneros alimentícios, aos materiais de construção e às rendas das casas;

Facilitar a importação e a circulação dos artigos de primeira necessidade;

Coibir os açambarcamentos de toda a ordem;

Proteger os inquilinos contra possíveis prepotências por parte dos senhorios;

Animar o comércio regular e defendê-lo da invasão dos milicianos.

Passados dois anos já os ventos mudaram. Nos diplomas posteriores (1758 a 1762) os objectivos já são outros e os males que se pretendem debelar já são característicos da segunda fase da crise económica. Já não se trata de reprimir a subida dos preços; muito pelo contrário, alude-se aos *gravíssimos inconvenientes de barateamentos prejudiciais ao comum do comércio*, já se reconhece a necessidade de acudir aos lojistas que têm *fazendas empataadas nas lojas sem haver quem lhas compre*. Já não se cuida de obviar à falta de casas de habitação: muito pelo contrário mandam-se arrazar as barracas de madeira ou de lona por serem muitas as moradas de casas que nas ruas civis da mesma Corte se acham com escritos por falta de alugadores.

Não cabe o âmbito da presente palestra fazer um estudo aprofundado da crise económica do terramoto, e menos ainda uma exposição crítica da política económica do Marquês de Pombal. Limitar-me-ei — se V. Ex.^{as} mo permitirem — a focar alguns aspectos mais curiosos de uma e outra das fases da crise.

Os primeiros esforços do Marquês de Pombal para acudir às consequências económicas do terramoto são no sentido de impedir a *subida de preços*. A poucos dias da catástrofe, em 10 de Novembro, dirige ao Marquês de Alegrete um aviso concebido nos seguintes termos:

«Chegando à notícia de Sua Magestade que as padeiras, tendeiros, artífices e homens de ganhar, abusando impiamente da calamidade actual, tem extorquido ao povo preços exorbitantes pelos géneros de indispensável necessidade que lhe vendem, e pelos serviços que lhe fazem, obrando em tudo o referido contra a lei de Deus e do Reino, e contra a providência que o mesmo Senhor tem ordenado, que em nada se alterassem os preços correntes no mês de Outubro próximo passado, é o mesmo Senhor servido que V. Ex.^a com toda a brevidade possível e antes que a impiedade de semelhantes homens faça maior extorsão, mande fixar Editais em todos os arraiais dos suburbios de Lisboa, e lançar nêles pregões pelos quais estabeleça que todos e

cada um dos sobreditos que excederem os preços de Outubro próximo passado, não só pagarão anoviado o que extorquirem, mas também serão condenados a trabalharem em ferros por tempo de 4 meses nos desentulhos da cidade».

Logo nas primeiras semanas que se seguem ao terremoto vê-se o Marquês de Pombal na necessidade de deitar mão ao melindroso problema do *inquilinato*. Em 3 de Dezembro sai um decreto que anula todas as escrituras de aforamento feitas depois do dia 1 de Novembro. Determina o mesmo decreto que se não pague fóro algum sem se preceder avaliação do que se deva justamente pagar. O mesmo se determina com respeito as casas de habitação, ficando os senhorios proibidos de cobrar rendas superiores às que recebiam no mês de Outubro, sob pena de perderem as respectivas importâncias a favor de quem os denuncie. Inibidos de levantar as rendas antigas, os senhorios procuram valer-se de subterfúgios legais para conseguirem despejos. Um dos processos de que se valem consiste em concederem a inquilinos novos, da sua escolha, arrendamentos por prazos superiores a 10 anos. Munidos dêsses contractos os novos inquilinos — que não eram senão agentes dos próprios senhorios — alegavam perante os tribunais que haviam recebido do senhorio transferência de domínio sobre o prédio, e com este pre-

texto requeriam e conseguiam mandatos de despejo contra os anteriores inquilinos.

A estes manejos põe còbro o Marquês de Pombal com um alvará de 3 de Novembro de 1757 em que se diz:

«Sendo-me presentes as repetidas fraudes com que na cidade de Lisboa se costuma fazer arrendamentos de 10 e de mais anos para, com o pretexto de que por elles se transfere domínio nos locatários, efetuarem estes o dolo e a emulação com que procuram o referido título de locação por longo tempo, com o malicioso e determinado fim de incomodarem os antecedentes locatários, expulsando-os das casas e dos prédios arrendados por menos tempo.

«Estabeleço que todos os contractos se julguem de simples locação ordinária, sem que seja visto transferir-se por elles domínio algum a favor dos locatários para lhes dar o direito de excluírem os outros inquilinos ou tendeiros anteriores. E porque fui informado que estas vexações se tem multiplicado com grande impiedade depois do Terramoto do 1.º de Novembro do ano de 1755, declaro por nulos e de nenhum efeito todos os arrendamentos que se acharem feitos na sobredita forma».

Para exemplo dos esforços empregados pelo Marquês de Pombal no sentido de impedir os *açambarcamentos*, citarei apenas o seguinte

alvará, referente aos materiais de construção: (12 de Maio de 1757).

«Tendo consideração à utilidade de que será para a reedificação da cidade de Lisboa multiplicarem-se as fábricas de cal, tijolo, telha, e madeira, de sorte que haja uma grande abundância destes necessários materiais aos justos e acomodados preços, que a razão e a experiência mostram que seriam incompatíveis com a raridade causada pelos embargos e coacções que se fizessem aos embargantês e carreteiros, e reduzindo os mesmos materiais a poucas mãos, para assim fazerem os monopólios que sòmente poderão cessar pela liberdade das Fábricas, facilidade dos Transportes, e concorrência dos que nêles se empregarem, estabeleço, etc.»

Passemos agora a um dos aspectos mais interessantes da politica pombalina nesta primeira fase da crise: as medidas que se tomam para amparar o comércio regular e para guerrear os adventícios ou milicianos. É sabido que, na ocasião do terremoto, o Tejo alteou-se e atirou sòbre a parte baixa da cidade ondas temerosas que arrasaram os entrepostos e armazens estabelecidos ao longo da margem do rio, e que, na ressaca, levaram ou inutilizaram a quási totalidade das mercadorias arrecadadas nos mesmos. As embarcações ancoradas no próprio rio, para carga ou descarga, perderam-se com tòda a fazenda que tinham a bordo. Pòde dizer-se

que não houve casa comercial da capital que não ficasse ou completamente arruinada ou pelo menos fortemente combalida. A estes prejuízos causados pelo próprio terremoto seguiu-se, passados dois anos, outra série de prejuízos próprios da segunda fase da crise e resultantes da queda dos preços, da insolubilidade de muitos devedores, da falta de moralidade comercial que caracteriza os períodos de especulação desenfreada como a que se seguiu ao terremoto.

Para acudir a esta situação introduziu o Marquês de Pombal, numa e noutra fase da crise, sucessivas modificações à legislação sobre *falências*: diplomas de 1 de Setembro de 1757, de 17 e 30 de Maio de 1759, e de 12 de Março de 1760. Todos estes diplomas inspiram-se no duplo propósito de mitigar as durezas da lei para os comerciantes regulares que falissem honestamente, e de agravá-la para castigo dos especuladores que falissem por incompetência ou malvadez.

No preâmbulo do alvará de 1760 declara-se expressamente:

«O objecto essencial do outro alvará que mandei publicar em 13 de Novembro de 1756 é de estabelecer por uma parte as penas que justamente merecem os dolosos, e pela outra parte o *favor* de que se fazem dignos aqueles negociantes que, sem culpa, chegam a falir de crédito por accidentes que não cabe na sua possibilidade obviar. Mas

não foi nem é da minha real intenção que o beneficio que estabeleci para socorro dos negociantes que legitimamente comerceiam se estenda aos particulares que, sem fundos próprios e sem regras, se animam temerariamente a encarregar-se dos cabedais alheios».

E no alvará de 1756, acima citado, já se dizia:

«Considerando que as grandes ruínas de cabedais e créditos que a calamidade do memorável dia 1.º de Novembro do ano próximo passado trouxe ao comércio dos meus vassallos, e que o cuidado de consolidar os mesmos créditos e cabedais em beneficio dos homens de negócios constituíam dois objectos dos mais instantes e urgentes dos muitos que depois daquele funesto dia excitarão o meu Régio e Paternal desejo de aliviar e restabelecer os povos que Deus me confiou, contribuindo todos reciprocamente para o Bem Comum que resulta de cessarem no comércio as fraudes e de se animarem e sustentarem os que nele se empregam de boa fé; de se consolidar o crédito público das praças d'este Reino e seus Domínios, e de remover do comércio delas as dolações e os enganões que, sendo em todo o tempo incompatíveis com o trato mercantil, se fazem absolutamente intoleráveis em uma conjunctura tão crítica;—Porquanto alguns mercadores quebrão dos seus tratos, levantando-se com as mercadorias que lhes foram fiadas ou

dinheiros que tomaram a câmbio, e escondem suas fazendas de maneira que delas se não pode ter noticia, e outros põem seus créditos em cabeça alheia, e para alegarem perdas, fazem carregação fingida».

Esse mesmo propósito de beneficiar o comércio regular pela repressão das actividades parasitárias dos especuladores adventícios encontra-se expresso em vários diplomas que têm por fim extirpar o comércio clandestino ou de contrabando, e que me abstenho de citar para não abusar da paciência de V. Ex.^{as}.

Aludimos há pouco à affluência das populações rurais em direcção às cidades onde a vida é fácil e onde se fazem os grandes negócios e os grandes lucros. Para comprovar a existência d'este fenómeno social nos anos de 1755 a 1757 basta o seguinte alvará de 4 de Julho de 1758.

«De anos a esta parte se tem transportado das ilhas da Madeira e dos Açores para estes Reinos tão grande número de pessoas de ambos os sexos, que em menos de um ano excederam o número de mil. E tendo consideração aos gravíssimos danos que indispensavelmente hão-de resultar se não se restringir aos naturais e habitantes das mesmas Ilhas a liberdade de que tanto tem abusado, passando-se para estes Reinos sem mais causa que a viciosa repugnância ao trabalho, porque fogem dos necessários exercí-

cios servis e da louvável applicação da Agricultura, em que podem utilmente empregar-se em comum beneficio, Sou servido proibir que pessoa alguma de um e outro sexo, de qualquer qualidade e condição que seja, possa sair das Ilhas da Madeira e dos Açores sem passaporte».

Entre as medidas referentes à primeira fase da crise, citarei ainda esta de 17 de Janeiro de 1757, que nos revela movimentos da taxa de juros perfeitamente identicos aos que se deram nêstes últimos anos:

«Sendo-me presentes as excessivas usuras que algumas pessoas costumam levar do dinheiro que emprestam a juro e a risco, de que resulta grave prejuizo ao comércio interior e externo dos meus fieis vassallos, sou servido ordenar que se não possa dar dinheiro algum a juro ou a risco que exceda o de 5%, cada ano, proibindo igualmente o abuso praticado entre alguns homens de negócio, de darem e tomarem dinheiro de empréstimo com o interêsse de 1% cada mês. E para que esta lei se não fraude debaixo dos maliciosos pretextos que se costumam maquinar contra semelhantes proibições, estabeleço que pessoa alguma que emprestar dinheiro a juro, a risco ou a qualquer outro interêsse para comércio marítimo, não possa emprestá-lo por menos tempo de um ano contado do dia da obrigação.»

Passemos agora às medidas que nos revelam a crise na sua segunda fase, com a indústria paralisada, o comércio estagnante, falta de trabalho, e casas por alugar.

Num alvará de 11 de Agosto de 1759, eis o que se diz a respeito da indústria dos lanifícios:

«Atendendo às clamorosas e repetidas queixas com que os fabricantes de panos das três comarcas da Guarda, Castelo-Branco e Pínhel suplicaram na minha rial presença que os provesse de oportuno e eficaz remédio contra as intoleráveis oppressões que lhes faziam os assentistas arrematantes dos fardamentos do meu Exército, por cujos monopólios e fraudes se achavam reduzidos à última ruína, sem terem com que se alimentar, e às suas famílias; convido evitar que os mesmos preços (da lã) sejam tão baixos que desanimem os criadores, ou tão altos que impossibilitem os fabricantes...»

Outro alvará, de 15 de Novembro de 1760, tende a restringir o número de lojas da capital, alegando que da superabundância de lojas

«vem a seguir-se os gravísimos inconvenientes de barateamentos prejudiciais ao comum do comércio e de quebras nocivas ao crédito dos homens bons das referidas classes».

Para comprovar a reviravolta sucedida nas condições do inquilinato, temos o já citado alvará de 1763

que manda derrubar as barracas de madeira ou de lona por

«serem muitas as moradas de casas que nas ruas civis da mesma «Côrte se acham com escritos «por falta dos alugadores que vivem nas tais casas de madeira, «separados do comércio das gentes».

Na primeira fase da crise vimos o Marquês de Pombal cominar castigos contra os homens de ganhar que exigissem salários excessivos pelos seus serviços. Agora vemo-lo tomar medidas tendentes a angariar trabalho para os necessitados.

Um alvará de 19 de Novembro de 1757 manda cassar tôdas as licenças concedidas a vendedores ambulantes de nacionalidade estrangeira, alegando:

«A grande desordem e considerável prejuizo que sentem os meus vassallos moradores na cidade de Lisboa, em se concederem licenças a estrangeiros, vagabundos e desconhecidos para venderem pelas ruas, e em lojas tôda a sorte de comestiveis pelo miudo, como também vinhos, aguas-ardentes, e outras muitas bebidas; chegando ultimamente a intrometer-se até ao ministério de assarem castanhas e outras semelhantes vendas exclusivamente destinadas para o exercicio honesto e precisa sustentação das muitas mulheres pobres naturais destes reinos, que se ajudavam a viver e com efeito viviam destes pequenos tráficos, sem que homens

alguns se atrevessem a perturbá-las:— e sendo também informado de que aos mesmos estrangeiros se dão outras licenças para poderem vender em lojas volantes quinqui-lharias e algumas fazendas, com o que também se fazem aborrecidos e pesados aos bons negociantes em grosso, perturbando-lhes a igualdade necessária para o giro de verdadeiro comércio...»

Outro alvará de 15 de Novembro de 1760 acode à triste situação em que se encontravam os músicos e cantores profissionais:

«O provedor e mais irmãos da Irmandade de St.^a Cecília dos Cantores desta Córte me representaram por sua petição o decadente estado a que se acha reduzida a dita irmandade e os professores da Arte da Música em razão de se intrometerem a exercitar nas festas muitas pessoas que não são professores de música, nem sabem cousa alguma dela. Ordeno que nenhuma pessoa possa exercitar por qualquer estipendio, por módico que seja, ou se pague em dinheiro ou em géneros, ou ainda a título de presente, a referida Arte da Música, sem ser Professor dela e Irmão da dita Confraria.»

Finalmente, em 19 de Setembro de 1761, promulga-se outro diploma tendente a remediar ao desemprego: proíbe-se a importação de mais escravos, com os fundamentos seguintes:

«Informado dos muitos e grandes inconvenientes que resultam do

excesso e devassidão com que se transportam anualmente da África, América e Ásia para estes Reinos um tão extraordinário número de escravos pretos que, fazendo nos meus Domínios Ultramarinos uma sensível falta para a cultura das terras e das minas, só vem a este Continente ocupar os lugares dos môços de servir que, ficando sem cómodo, se entregam à ociosidade e se precipitam nos vícios que dela são naturais consequências...»

Muito propositadamente tenho deixado para o fim desta minha palestra uma série de medidas do Marquês de Pombal que maior transcendência económica têm e nas quais, em meu modesto entender, devemos procurar a explicação da relativa brevidade com que o nosso País ressurgiu dessa grave crise do terramoto: refiro-me às medidas tomadas para a organização corporativa das actividades económicas. Não julgo que essa ideia do Marquês deva considerar-se como resultante do terremoto. Anteriormente ao cataclismo já promulgara 2 diplomas que talvez devam considerar-se como partes de um plano geral de reorganização da economia nacional: o alvará de 1753 referente ao monopólio dos diamantes do Brasil e o alvará de 6 de Junho de 1755 que constituiu a Companhia do Grão Pará. Mas, ainda que o plano de organização corporativa tenha sido anterior ao terremoto, não há dúvida de que a

crise que se lhe seguiu radicou no espírito do Marquês a necessidade de uma reforma profunda nos processos, na constituição e no próprio espírito das classes produtivas da riqueza nacional. Se já era miserável o estado em que o comércio e a indústria se encontravam anteriormente a 1 de Novembro de 1755, posteriormente a esta data caíram num estado de prostração que parecia desesperado. As providências, que tenho citado no decorrer desta palestra, revelam-nos diversos aspectos do mal e todas elas tratam de aplicar-lhes remédios; mas são medidas de ocasião, de efeitos problemáticos, e, quando muito, transitórios. As grandes, as verdadeiras medidas com que o Marquês trata de acabar com a crise, de estirpar as próprias raízes do mal, essas devem procurar-se nos diplomas que promulga para a organização corporativa: na organização da Companhia do Alto-Douro, na constituição da Junta do Comércio, na criação da Mesa do Bem Comum dos Mercadores a Retalho, na instituição da Aula do Comércio e ainda noutros diplomas que todos se inspiram nos velhos

princípios da sabedoria humana de que a união faz a força, e de que sem força não se podem fazer obras grandes. Alguns desses diplomas pombalinos instituem, é certo, monopólios que não se coadunam com a nossa concepção moderna do corporativismo. Mas outros há — por exemplo a organização corporativa dos mercadores a retalho — cujo espírito e princípios fundamentais emparelham perfeitamente com os da nossa novíssima legislação. E aqui temos, meus senhores, mais uma analogia com os nossos dias. Também hoje anda o nosso Governo empenhado em congregar, em organismos corporativos, actividades que ainda há pouco se digladiavam numa competência feroz, e que nessa luta se haviam esgotado a ponto de caírem numa anemia que parecia precursora da morte. Ensina-nos a História que a organização corporativa planeada pelo Marquês de Pombal conseguiu em poucos anos fazer ressurgir essas actividades exaustas. Sem ser profeta, não hesito em afirmar que também neste ponto se verificará a analogia entre a crise do terremoto e a dos nossos dias. Tenho dito.

Exposição comemorativa do Terremoto de 1755

II

Conferência do Sr. Dr. Manuel Múrias

O salão de festas do Palácio Municipal do Parque Eduardo VII teve na tarde de 11 de Novembro, invulgar concorrência, atraída pela anunciada conferência do Sr. Dr. Manuel Múrias, que se propôs versar o interessante tema: «Algumas observações sobre o terremoto de 1755», marcando o encerramento oficial da Exposição.

Presidiu o Sr. Dr. Pinto de Lemos, que representava o Sr. Ministro da Instrução, secretariando os Srs. Luiz Pastor de Macedo, Vereador do Pelouro Cultural da C. M. L. e Dr. Fezas Vital.

Na plateia destacavam-se além de quasi todos os vogais da Ex.^{ma} Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, numerosíssimas figuras de académicos, professores universitários, escritores, arqueólogos, jornalistas, estudantes e muitas senhoras.

Aberta a sessão o Sr. Luiz Pastor de Macedo disse que a Exposição iconográfica e bibliográfica do Terremoto tinha constituido um grande éxito.

Muitos milhares de lisboetas tinham visitado o certame, tomando um conhecimento mais

intimo com esse facto, que teve uma importância capital na vida da cidade.

Nunca a Comissão Administrativa do Município, a quem pertencia a iniciativa, duvidou desse êxito. Mas não supôs que êle atingisse tais proporções. Por esse facto, os vereadores da Câmara Municipal de Lisboa estavam bastante satisfeitos.

Depois, em palavras elogiosas, referiu-se ao conferente, que classificou escritor fluente e professor erudito.

Desnecessária era a sua apresentação, visto que a assistência, acorrendo ali demonstrava a sua admiração pelo Sr. Dr. Manuel Múrias.

Êste levantou-se, sendo recebido por uma salva de palmas.

Algumas observações sôbre o Terremoto de 1755

Começou por agradecer ao Sr. Pastor de Macedo, seu amigo e companheiro de lutas e de ideal, as palavras que lhe dedicou, acentuando que elas se deviam à sua benevolência.

Depois, justificando a sua presença naquele lugar — acrescentou:

«Se bem que os problemas de tôda a ordem que entroncam no Terramoto, como consequência, não estejam directamente abrangidos pelos estudos que mais me ocupam agora, não quiz esquivar-me ao convite que a Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa, por intermédio do illustre vereador, meu querido amigo, Luiz Pastor de Macedo, me dirigiu — para que en-

cerrasse com uma conferência a magnífica exposição iconográfica e bibliográfica, que todos os lisboetas cultos — nados ou adoptivos, — não deixaram de visitar.

A obra de cultura, que a actual Comissão Administrativa tem desenvolvido é de tal amplitude e de tão nobre sentido — que não há o direito de lhe regatear colaboração. Quanto a mim — só tenho de agradecer a lembrança do meu nome pela Câmara Municipal de Lisboa. O sacrificio será de V. Ex.^{as}.»

Após este preâmbulo deu início ao seu trabalho que publicamos, na integra, seguidamente.

Não direi que fôsse providencial o Terremoto de 1755 — embora o

puddesse fazer agora sem incorrer nas duas cóleras, que atearam com as fogueiras de Malagrida, as chamas que lamberam a estátua do Cavaleiro de Oliveira, os quais viram no terramoto o açoite de Deus e não souberam envolver o seu pensamento nas rebuscadas lisonjárias de Amador Patricio de Lisboa ao dirigir-se à «Magestade Fidelíssima de El-Rei D. Joseph I», para lhe oferecer as «Memórias das principais providências que se deram no terramoto, que padeceu a Corte de Lisboa no ano de 1755».

«Eu creyo—notava o panegirista que no pseudónimo Amador Patricio se quiz ocultar — que não seria expressão lembrada pela lisonja, dizer-se, que fomos em nosso mal venturosos; porque da calamidade que sentimos, tiramos o bem de ter V. Magestade hum amplissimo theatro, em que pudesse assombrar ao Mundo com a sua imitavel grandeza. Porem se houver alguns animos, que penetrados ainda do mal, que experimentarão, não dem a esta reflexão o seu justo valor, não tardará o magnifico animo de V. Magestade a mostrarlhes aos olhos a verdade della».

«Verão a Lisboa santificada com Templos sumptuosos, e ennobrecida com palacios soberbos, com Estradas espaçosas, com Praças amplissimas, para que o Mundo conte mais uma maravilha, e a fama de V. Magestade võe muito além do Templo, onde se coroão os Heróes.

Verão igualmente huma Corte muito mais luzida no trato, muito mais opulenta em commercio, e por consequencia forçosa mais abundante daquelas preciosidades, que a terra, quasi avarenta com outros Reinos, desentranha só para enriquecer Portuguezes.

«Oh que immensa gloria, Senhor — exclamava embevecido — será a de V. Magestade, vendo-se pela magnifica empreza da reedificação de Lisboa aclamado de todos com os merecidos epithetos de Grande, de Restaurador e de Pio».

Não esperam de-certo V. Ex.^{as} que insista agora no panegirico nem do novo «Augusto», que a Providência oferecera então a Portugal, nem do «Mecenas» que zelosamente lhe assistia. Seria excessivo também traçar uma vez mais e por menor o quadro horroroso do Terramoto; o *teatro* em que Sua Magestade poderia «assombrar o Mundo com a sua inimitável grandeza» era de facto *amplissimo* e excedia até o campo em que se fariam sentir as providências reais.

Com efeito o Terremoto não abrangera apenas Lisboa: com menor ou maior violência chegou a quasi todo o País, Espanha, a grande parte do resto da Europa, ao norte de Africa, à Madeira, aos Açores, à América.

Minho, Trás-os-Montes, as Beirras, podem considerar-se quasi isentas. Mas no Ribatejo não houve vila ou povoado que não sofresse,

como no Alentejo e no Algarve, onde o mar subiu às praias arruinando campos, fortalezas e tóda a vila de Albufeira, a ponto de deixar nos matos grande quantidade de peixes.

Notaremos apenas algumas terras onde os estragos foram maiores — como a Ericeira, Setúbal, que ficou quasi destruida, Sintra, onde caíram a igreja da Colegiada de S. Martinho enterrando nas ruínas o Prior e 24 pessoas e o Paço Real e outros edificios excellentes; Cascais, onde ficaram em ruínas as duas igrejas paroquiais, a fortaleza e outros edificios; Mafra, onde houve prejuizos no Mosteiro e em tóda a vila...

Se nos cingirmos um tanto mais a Lisboa — é um campo largo de ruínas: — os estragos foram pavorosos no Campo Grande, no Lumiar, em Loures, Santo António do Tojal, Carnide...

Mas que era tudo isto perante a tragédia que se desenvolvera em Lisboa?

Quem poderia reparar nos abalos violentos que sacudiram Madrid e a Andaluzia, em Espanha, a Rochela, Bordeus e Angouleme, na França e Lucerna e Berne, e Basileia, e a Bélgica, e a Alemanha, em que as águas saíram do leito, como na Dinamarca, no norte de África — nomes evocativos: — Fez, Arzila, Tânger, Ceuta, Mazagão (que não fôra ainda abandonada), nos Açores, em que o movimento brusco

das águas pôs em perigo muitos navios, nas ilhas Barbadas em que, às duas da tarde, subitamente, a maré desceu e subiu?

A catástrofe de Lisboa excedera de tal forma as proporções, que até os Países vitimados esqueceram os seus temores; — e foi em tóda a parte um longo, comovido, interminável movimento de comiserção, a que fizeram éco alguns dos mais altos espíritos daquele tempo...

I

«Linda manhã de outono em Portugal» — evoca na sua expressiva linguagem João Lúcio de Azevedo. — Céu puríssimo; ar tépido. Dia santificado. As igrejas apinhadas de povo, ao badalar alegre dos campanários.

As nuvens brancas do incenso enchiam, com murmurinho de preces, as claras naves. Súbito, um ronco pavoroso, enorme trovão subterrâneo. Cavalgada de ciclopes que se aproximava em doida correria; arrastar de carros gigantes nos abismos da terra. Nos altares oscilam as imagens; as paredes bailam; des-soldam-se traves e colunas; ruem as paredes com o som cavo de calíça que esborôa, o de corpos humanos esmagados; no chão, onde os mortos repousam, aluem os covais, para tragar os vivos. O terror, a surpresa, recalcam por um instante as vozes, que logo reponham em brados de misericórdia, no

chamar de entes queridos, e afinal se extinguem em gemidos e estertores. O horror das gedenenas em ais e tormentos. Fuga desornada, com atropelos fatais e o tropeçar contínuo em pedras e cadáveres.

«Muitos correm para o rio. As águas, sacudidas como em apertado vaso, trasbordam em arranco imprevisto, trazendo consigo barcos, vidas, tôda a espécie de despojos. Duzentas mil pessoas vagueiam loucas; e aqui, além, de entre a poeira dos desabamentos, erguem-se para o firmamento azul negros rôlos de fumo e os rubros lampejos dos incêndios. Por tôda a parte ruínas».

O relato de Joaquim José Moreira de Mendonça — testemunha inteligente e pormenorizada do cataclismo, — não é menos evocativo:

«Começava a terra a abalar com pulsação do centro para a superfície e, aumentando o impulso, continuou a tremer, formando um balanço para os lados de Norte a Sul, com estragos dos edificios, que ao 2.º minuto de duração começaram a cair ou a arruinar-se, não podendo os maiores resistir aos veementes movimentos da terra e à sua continuação. Duraram êstes, seguindo as mais reguladas opiniões, seis para sete minutos, fazendo neste espaço de tempo dois breves intervalos de remissão este grande terramoto. Em todo este tempo se ouvia um estrondo subterrâneo a modo de trovão que sôa ao longe. A muitas

pessoas pareceu carruagem grande, que rodava com pressa. Escureceu-se algum tanto a luz do sol... Foram vistas em várias partes fendas na terra... A poeira que causou a ruína dos edificios cobriu o ambiente da cidade com uma cerração tão forte, que parecia querer sufocar todos os viventes.»

O raz de maré violentíssima levanta-se do Tejo contra os que procuravam na fuga a salvação:

«Trez erupções maiores, além doutras menores, fez o mar contra a terra, destruindo muitos edificios e levando muitas pessoas envoltas nas suas águas».

Submergia-se momentaneamente o bairro de S. Paulo, e entretanto, aqui e além, irrompia o incendio, que logo se alargava furiosamente sôbre as ruínas. Segundo o testemunho de Moreira de Mendonça, em que se baseia o dr. Pereira de Sousa, esbravejava entre uma linha, que partindo da igreja de S. Paulo, pelos Remolares, palácio do Côrte Real, Ribeira das Naus, Terreiro do Paço, Ribeira da Cidade, Cais de Santarém até ao chariz de El-Rei, subisse depois para o Arco de S. Pedro, e por detrás da igreja de S. João da Praça, chegasse até à igreja de S. Jorge. Daqui subiria pela frente da igreja de S. Martinho e do Convento de S. Eloi, indo pela igreja de S. Bartolomeu até ao Castelo de S. Jorge, pelas portas de Alfofa, colégio de S. Patrício, igreja de S. Mamede e

pela Costa do Castelo até ao largo e frente de S. Cristovão. Desceria depois por detrás da igreja de S. Justa ao Largo do Pôço do Borratem, seguindo pelo Hospital Real, convento de S. Domingos, torneando o Rossio pelo palácio do Duque de Cadaval, e atravessando parte da Rua dos Galegos, Condessa e Oliveira. Entrando pelo convento da Santíssima Trindade e subindo ao Largo de S. Roque, Rua do Norte, Calafates, Barroca, Atalaia e atravessando a Calçada do Combro seguia ao recolhimento das Convertidas e pela igreja das Chagas até S. Paulo.

O incêndio completava assim os estragos do Terremoto, que se não limitava, porém, ao espaço em que as chamas campearam.

Os bairros inteiros demolidos, as igrejas os conventos, os palácios em ruínas foram tantos, que seria fastidioso enumerá-los aqui... Bastará notar o que se salvou ou o que menos sofreu.

O Aqueduto das Aguas-Livres, que já funcionava mas não fôra ainda concluído nada sofreu com o abalo, bem como a Torre de Belem e o convento do Bom Sucesso. Os Jerónimos ficaram abalados; mas como não houve o cuidado de os reparar com presteza, os prejuizos que então não teve, sobrevieram-lhe com desmoronamento no ano seguinte.

Pouco sofreu também a igreja do Loreto, a de Nossa Senhora da

Graça, no Corpo Santo, a da Madalena, a de Santo António, Santa Justa, Sant'Iago, Santa Luzia, S. Tomé e a da Conceição dos Freires. Em todos os bairros — aqui, acolá — há casas que resistiram como por milagre. Bem caro custou ao Conde de Obidos o ter notado então, que se Deus protegia Pom-bal (como julgava El-Rei) com o salvar-lhe a casa, igual protecção tiveram os moradores da Rua Suja...

Conjugando a sua violência destruidora, o Terramoto e o fogo consumiram então as preciosidades artísticas acumuladas nos conventos, igrejas e palácios, e as mais ricas livrarias, arquivos particulares e públicos — a livraria real que D. João V enriquecera com livros adquiridos em tôda a Europa, a do Marquês do Lourical, que ocupava quatro grandes casas com livros escolhidos e muitos manuscritos, as dos conventos de S. Domingos, do Espírito Santo, do Carmo, de S. Francisco, da Trindade, da Boa-Hora — e quantas mais.

Mal se pode avaliar hoje alcance das perdas culturais e artísticas. Mas quanto problema obscuro de arte e de cultura — quanto! — não poderia ser acaso facilmente resolvido, se não se tivessem subvertido então tantos manuscritos e talvez as mais belas peças de arte, que Portugal guardava?

... E os mortos? Não há grandes razões para nos determos num número. Talvez 10.000 — como cal-

cula Moreira de Mendonça... Talvez menos. Talvez mais...

II

— Que se ha-de fazer? — diz-se, que perguntava El-Rei, no acampamento da Ajuda em que se estabelecera e onde viveu com a Família Real durante meses.

— *Enterrar os mortos e cuidar dos vivos!* — teria respondido o Marquês de Alorna, se não foi Sebastião de Carvalho, se não foi outro: — a frase oportuniíssima merecia ser verdadeira.

Sepultar os mortos, arrancá los de entre as ruínas, evitar ou diminuir as putrefacções que não tardariam, era já cuidar dos vivos. Para os feridos, que eram muitos milhares, improvisaram-se hospitais nas cercas de S. Bento e de S. Roque, nos celeiros do Conde do Castelo Melhor, nas casas de D. Antão de Almada — onde era possível.

Não se fizeram esperar as providências reais.

«Via que se roubava com desaforo» comentava um historiador anónimo do Marquês — «ordenou se levantassem forças pelas praças, nas quais estavam Ministros congregados, para sentenciarem verbalmente os que as justiças apanhavam em flagrante delicto, para logo confessados e executada a sentença, ficassem os corpos pendentes, para abono do pronto castigo, e para servir do horror da pena de modi-

ficar a ousadia com que se fazia o latrocínio. — Subiram de pronto os preços dos géneros escapados do estrago, e para que a necessidade não fôsse mais excessiva mandou se não alterassem. Observou a capital do reino falta do preciso, determinou que para ela concorresse quanto fôsse necessário do seu continente. — Constou-lhe que os officiais mediam pela urgência do país o prémio do seu trabalho, e proibiu com penas o aumento do salário».

Quere o anónimo comentador diminuir o mérito das providências de Carvalho. Mas bem se vê que não podiam elas antecipar-se ao Terramoto, ou prevê-lo. Em todo o caso, a apreciação (à parte a forma agreste do adversário) é fundamentada e não se afasta muito do juízo de Lúcio de Azevedo, que escreve:

«A verdade é que, em emergência semelhante, nenhum estadista mediano, com iguais responsabilidades, lhe ficaria somenos. As circunstâncias forçaram; tinha de operar milagres ou deixar subverter tudo em destroços e na anarquia. Carvalho esteve à altura da situação. Á roda dele a fidalguia recordando hereditárias tradições de sacrificio; os religiosos com a devoção altruista e a força da disciplina monásticas; e os homens de tẽmpersã que, passado o pânico, buscavam um centro onde as energias dispersas se congregassem; todos êsses foram da primeira hora a *enterrar mortos e cuidar de vivos*».

Não resta dúvida de que se congregaram todos os esforços e boas-vontades para aliviar os desamparados e se esqueceram, momentaneamente velhos ódios e disputas.

No enterramento dos mortos prestaram incomparáveis serviços, além de muitos outros, os Padres da Companhia e do Oratório, os religiosos de S. Vicente de Fóra e de S. Bento da Saúde. Em tôdas as classes sociais numerosas pessoas andaram à porfia, enterrando os mortos, socorrendo os feridos, auxiliando nos jornais, desentulhando as ruas.

Monsenhor Sampaio à sua parte com alguns amigos e familiares sepultou duzentos e quarenta mortos.

Alguns fidalgos com cirurgições andaram pelos campos dias e dias a curar os feridos. Só no Palácio de Palhavã recolheram-se e ali estiveram durante meses mais de mil pessoas. O mesmo se fez em quintas dos arredores, nas cercas dos conventos e dos palácios dos principais do reino.

Não tardaram também os socorros de fóra da côrte e até de fóra do País. Os que logo remetiam as Côrtes de Espanha e França foram recusados com altivez; foram aceites os socorros enviados pelo Governo inglês: — trezentos mil cruzados em moeda portugueza e duzentos mil em moeda hespanhola; seis mil barris de carne, quatro mil de manteiga, mil e duzentas sacas de arroz e mil de biscoito; dez mil

quintais de farinha e três mil trezentos e trinta e três moios de trigo e grande cópia de ferramentas para desentulhar as ruas e fabricar as casas — uma frota *combotada por seis naus de guerra, que ficaram às ordens de sua Magestade.*

Vale a pena transcrever o comentário que a este propósito faz o historiador anónimo já invocado:

«Poucos dias gastou o Ministério inglês em aprontar e remeter este presente, boa prova da sua grandeza de ânimo, da sua amizade, da fertilidade do seu terreno, e do seu providente Governo; mas na sua partilha mostrou o lusitano a sua incúria, inadvertência, desgoverno, e iniquidade, porque mandando recolher tôda esta abundância em armazens, se consumiram mais de dois anos em numerar as famílias pelas listas paroquiais, em se determinar o rateio, e fazer a partilha, por modo digno de sepultar-se no esquecimento para crédito da nação.

«O dinheiro distribui-se pelos titulares, grandes e mais pessoas conhecidas do Secretário e menos necessitadas; os mantimentos desencaminharam-se mais do que se repartiram pela gente a quem se deviam conferir; e ultimamente arderam nos armazens grande cópia de barris de farinha, furou o bicho incriveis moios de trigo, azedaram-se muitas barricas de arroz, e veio o mar a tragar boa parte desta abundante esmola, pela corrupção a que chegaram os mantimentos,

de que o povo carecia para seu sustento, pela mora e iniquidade da sua distribuição, gastando-se muitos meses em se conduzirem em barcos cacilheiros para a barra de Lisboa, onde se sepultaram. Das ferramentas ninguém participou, e se disse que ficaram para as obras públicas.

«Não devo calar a generosa piedade com que o Marquês de Valença, salvando somente sua pessoa, com as da sua família, das ruínas, e do fogo que devorou toda a sua casa, recusou aceitar 18.000 cruzados, que deste dinheiro se lhe mandaram dar, para seu provimento primeiro, dizendo que ainda lhe ficára alguma renda de que parcamente poderia subsistir; e por isso não havia privar aos mais necessitados do direito que tinham a esta quantia, por quem esperava se distribuisse. E como foi o único cavalleiro que não aceitou da esmola, não me pareceu justo deixar de referir uma caridade singular».

Como quer que seja, se não faltaram os louvores às providências governativas (sãbiamente sublinhadas pelos ganegiristas de Pombal), aos auxílios estrangeiros, ao espírito caritativo das corporações e dos indivíduos, — pouco se insistiu na colaboração das províncias ultramarinas, tanto para a reconstrução de Lisboa como no auxílio aos sinistrados.

III

Da Madeira, que era então dependente da Secretaria de Marinha

e Ultramar os pedidos de socorros cruzavam-se com notícias do terramoto na ilha. Já a 15 de Novembro escrevia nestes termos a Diogo de Mendonça Côrte Real o Governador Manuel de Saldanha e Albuquerque:

«... só tivemos aqui dia de todos os st.^{os} hum tremor de terra pelas nove oras da manhã que durou mais de quatro credos, que se na intenção igualase a extensão teria cauzado gd.^{es} ruínas; o que mais me admirou, e a todos, foi o estranho movim.^o do mar, que mais de huma ora dipois do dito tremor comesou de repente a deser tanto, que em partes como foi em são Jorge me havizam descubrirem a mais de huma pedra que está no mar, em que há quinze brasas de água, e depois entrou pela terra dentro à proporção, fazendo na retirada algumas ruínas, levando algumas cazas, vinhos e trigos que nellas estava e tudo o que achou perto da Marinha: nesta Cid.^o não foi tão violento o seu impulso;»...

Parece ao ler-se o officio do Governador que não foram grandes os estragos na Madeira. Existem afirmações que o completam. Assim, por exemplo, num requerimento sem data, o Provedor e Irmãos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia da Vila de Machico pediam autorização para cobrar os dízimos dos cabritos, frangos e ovos da mesma vila e vizinhança com o fim de reparar os grandes estragos pro-

duzidos pelo terremoto de 1755 na sua casa e igreja.

«... que pelo terremoto que nella houve o ano de 1755 se seguiu em continente nesta mesma vila uma tão grande enchente do mar que inundou a maior parte dela padecendo esta santa casa tão grande ruína que alagando-se, as mesmas águas lhe deixaram os altares despidos dos seus frontões levando-lhe seus ornamentos e mais insignias com que faziam a sua procição de quinta-feira Santa deixando-lhe as paredes e o pavimento no maior estrago que se pode considerar ao mesmo tempo que nem uma casa tem que nella com comodidade possam recolher aos pobres doentes...»

Seria curioso seguir com documentos na mão a contribuição efectiva das províncias ultramarinas, para atalhar aos desastrosos efeitos do terremoto no Reino. Sabe-se que todos contribuíram; não é fácil, porém, calcular a diferença entre as promessas e o que foi realmente efectuado. Não é este, em todo o caso, o lugar para descer a minucias enfadonhas.

A «calamidade que padeceu a capital» foi participada, ao menos a algumas províncias do ultramar, por carta regia de 16 de Dezembro. O donativo devia ser voluntário; sabe-se porém que assim não foi: Já o Decreto de 20 de Janeiro de 1756 determina que haja oficiais «distintos e criados de novo para só cuidarem na arrecadação do Donativo».

Em 14 de Maio de 1756 escrevia da Baía o vice-rei D. Marcos de Noronha, sobre o auxilio que a Câmara ofereceu para reedificação dos edificios públicos, sagrados e profanos, destruidos pelo terramoto.

«Concluiu-se na reunião que para isso se efectuou — diz — com fazer a câmara desta cidade com assistência de oito adjuntos nomeados pela nobreza e povo, o oferecimento a Sua Magestade de uma contribuição voluntária de três milhões, que serão pagos no decurso de trinta anos, à razão de cem mil cruzados em cada hum ano.

«Distribuiu-se esta quantia com toda aquella regularidade que pareceu mais justa, de sorte que viessem a pagar todos os povos à proporção das possibilidades, e dos interesses que tem naqueles distritos, adonde vivem... e como nesta cidade e seu termo se julga serem mais vantajosos os lucros dos seus habitantes, veio a caber nesta distribuição à mesma cidade e seu termo a quantia de 875 contos de réis para os pagar à razão de 29.166\$660 réis cada ano, e os 325 contos que faltam para ajustar os três milhões, se distribuíram pela cidade de Sergipe d'El-rei com toda a sua comarca e por todas as mais Vilas que comprehende este Governo, a qual quantia será satisfeita à razão de 10.833\$333 réis em cada hum ano; porque desta sorte fica inteirada a soma de 100 mil cruzados em cada hum anno, até S. M. ser inteira-

mente satisfeito dos sobreditos 3 milhões oferecidos».

O imposto votado distribuía-se assim:

Carne de vaca, 160 rs. por arroba; água-ardente, 160 rs. a canada; azeite de peixe, 80 rs. a canada; azeite do reino, 6 tostões por barril e 3.000 por cada pipa; escravos, 3.000 rs. por cada um.

Alguns vereadores votaram contra o imposto da carne de vaca, mas foram vencidos, e os eclesiásticos, que já haviam contribuído, pretenderam isentar-se do imposto, mas não o conseguiram.

Já estas resistências nos deixavam ver que o donativo não foi tão voluntário como se queria fazer julgar. Antes, fôra necessário tomar providências enérgicas e bem semelhantes às de Carvalho contra os sonegadores de gêneros—desejosos de aproveitar a inevitável falta nas remessas de produtos do Reino. Em carta régia de 24 de Dezembro ao Governador do Rio de Janeiro, D. José providenciava, em benefício dos negociantes de Lisboa, que não poderiam naturalmente, «deixar de sentir nos fretes dos seus navios uma diminuição respectiva à das carregações e que os estragos que se seguirão ao Terramoto do dia primeiro de Novembro próximo passado, não podem deixar de fazer com que sejam muito menos amplas, e lucrosas, do que forão as dos anos proximos precedentes.»

«Mal chegou ao Brasil a notícia do Terramoto, logo se tornaram urgentes as providências. A Camara da Baía queixava-se dos Comerciantes, que «não dando na indústria de esconderem, e levantarem de preço os mesmos gêneros q tem em suas casas com gravissimo prejuizo do bem comum, e outros também uzão da industria de os passarem para fóra da cidade, e alguns de Barra em fóra, em cujos termos brevemente ficará esta cidade mais que carecida padecendo pelos ditos generos grandes faltas, e para estas se poderem prevenir com tempo supplicamos a V. Ex.^a seja servido mandar publicar com as penas que foram justas aos Mercadores e Negociantes dos referidos generos para não alterarem os preços das fazendas assim secas, como molhadas conservando-se no estado em que dantes estavam...»

O Conde Vice-Rei D. Marcos não fez esperar as providências. Num bando que mandou publicar em 16 de Março contra os commerciantes que aumentaram o preço dos gêneros, ordena que estes se mantenham se havendo pessoas negociantes, que de hoje em diante obrem o contrário, e sejam denunciadas pelas mesmas pessoas, aquem com excesso venderem os generos, ou conste por outro algum modo q seja veridico, serem prezas por tempo de três mezes, e os generos, em q cometerem a tansgressão deste bando, serom dados aos mes-

mos denunciantes pór preços muito inferiores...” Mas não se destina aqui:

«Outrosy determino q havendo alguns negociantes que sejam comprehendidos na malicia de occultarem os generos, e de os passarem da Barra para fóra, ou tambem para fóra dessa cidade, por qualquer desses casos fiquem incursos na pena de seis mezes de prizão e em todos os mais a meo arbitrio.»

As coisas não se passaram muito diferentemente nas outras capitánias. Sempre se votara contudo o Donativo, se bem que não tão avultado como o da Baía. O Rio de Janeiro, ainda assim, contribuiu com 1.200.000 cruzados, nestas condições:

— por dez anos pagando-se pelas fazendas que entrassem na Alfandega, 2 0/0 nos sécos, 3.200 nos molhados;

— haveria livro separado para o subsídio;

— o dinheiro viria para o Reino em naus de guerra.

Vê-se que este donativo, como o da Baía, com o das outras províncias, era para ser executado a prazos. Por uma carta de Gomes Freire de Andrade, que se encontrava à frente dos trabalhos de conclusão do tratado de 1750 na fronteira sul do Brasil, sabe-se que mal chegou ao Rio a notícia do Terramoto logo o governador expediu para Lisboa uma nau de guerra com o ouro «que em todos os cofres encontrou tanto nos da capitania do Rio de Janeiro, como nos da Minas Gerais.» Nem

sequer deixou o governador de enviar as «importantes somas» — informa ainda Gomes Freire, — que estavam em caixa e «com que se devia continuar a guerra, com as despesas do mais» que era necessário fazer na Colónia do Sacramento.

IV

...Mas eu não importunarei mais V. Ex.^a com documentos áridos e números. Importa notar que não faltou a Sebastião de Carvalho nem depois ao conde de Oeiras, nem depois ao marquês de Pombal, o dinheiro necessário à obra de reconstrução que as circunstâncias exigiam.

Nem lhe faltaram sequer as corporações técnicas (diríamos nós agora) de que não poderia prescindir para levar a cabo a reconstrução e o embelezamento de Lisboa. Não os improvisou aos seus cooperadores — porque não foram improvisados nem o Engenheiro-Mór do Reino, Mestre de Campo General Manuel da Maia que salvou o Arquivo da Torre do Tombo nem Carlos Mardel, nem Eugénio dos Santos, nem Machado Castro. Todos eles se haviam formado na boa escola do Rei construtor, criador de artistas, que foi D. João V.

Assim, o largo, rigoroso, arrojado plano de Eugénio dos Santos para a reconstrução da Cidade tivesse sido realizado — como foi aprovado:

A-pesar-de tudo, — da vontade tão forte do Ministro, das suas pos-

sibilidades e até do seu gôsto de vencer dificuldades, — as obras da reconstrução eram lentas... Quando Pombal, morto D. José, foi obrigado a largar as rédeas do Poder, o aspecto de Lisboa era lastimavel: — parecia segundo o testemunho de um estrangeiro, que pouco antes a visitara, que o Terramoto fôra na véspera...

Mas não é um só o testemunho: — são muitos. De tal jeito, que ficasse a gente a pensar, lembrando-se das grandes somas para êste fim recolhidas, dos cooperadores habiílissimos que teve, — no juízo severo mas insuspeito, que de Portugal nos legou António Ribeiro dos Santos:

«Êste Ministro que tanto assombrou o nosso reino e tanto deu que admirar aos estranhos, foi na verdade profundo em algumas partes da administração política, mas não tinha nem plano, nem sistema no todo, tudo fazia por pedaços e a retalhos, que depois se não uniam as partes, nem se ajustavam bem entre si...»

Plano, nêste caso, tinha — o de Eugénio dos Santos, que faleceu em 1760, estava a obra em comêço. Depois... Talvez Mardel, não tivesse pela execução do trabalho de Eugénio dos Santos o mesmo entusiasmo... Talvez...

Iamos dizer que talvez a administração geral absorvesse a atenção do Marquês: mas lembramo-nos de que «... à data da morte do Rei D. José, foram encontrados na sua

casa (na de Pombal) montões de papeis na maior parte sem despacho desde 1755» (Beirão).

E êste desleixo é que poderia ser atribuido às preocupações do Terremoto.

Mas seja como fôr: — do esforço conjugado dêsses homens é que surgiu a fisionomia moderna de Lisboa. O sêlo pombalino marcou-a com tal rigor, que não puderam ocultá-lo, nem os desgastes do tempo, nem os estragos, mais perigosos, dos homens. A Lisboa antiga, de antes do Terremoto, mal se divisa ou antevê nas construções novas. Mas estas ao menos tinham carácter. Assim o nosso tempo pudessem prolongar-se no futuro, marcando bem na Lisboa que se alarga e embeleza, uma escola nova — um novo sentido construtivo, que servisse de fundamento a uma tradição.

No final, uma grande salva de palmas premiou o magnifico trabalho do conferente, que foi cumprimentado, também, por numerosíssimas pessoas.

*

A Exposição Iconográfica e Bibliográfica do terremoto de 1755, a-pesar-de ter sido oficialmente encerrada nêsse dia, continuou aberta no dia imediato, em atenção aos numerosos pedidos que nêsse sentido foram feitos à Câmara Municipal de Lisboa.

Inspeção das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais de Lisboa

DADOS ESTATÍSTICOS

Bibliotecas Municipais de Lisboa

Movimento de leitores em 1934

Mês	BIBLIOTECAS												Total mensal nas quatro Bibliotecas
	Central (Palácio Galveias)			2.º Bairro (Largo da Escola Municipal)			Alcântara (Avenida 24 de Julho)			Póço do Bispo (Palácio da Mitra)			
	Leitura			Leitura			Leitura			Leitura			
	Diurna	Nocturna	Total do mês	Diurna	Nocturna	Total do mês	Diurna	Nocturna	Total do mês	Diurna	Nocturna	Total do mês	
Janeiro a Junho (a)...	2.534	1.784	4.318	4.048	1.568	5.416	3.610	2.851	6.461	—	—	—	16.195
Julho.....	866	969	1.835	1.510	879	2.189	712	744	1.456	—	—	—	5.480
Agosto.....	1.088	762	1.850	697	539	1.236	621	888	1.509	—	—	—	4.595
Setembro.....	916	591	1.507	564	808	1.372	539	1.019	1.558	—	—	—	4.437
Outubro (b).....	787	697	1.484	986	794	1.780	1.265	874	2.139	465	1.000	1.465	6.868
Novembro.....	681	533	1.214	948	572	1.520	1.124	621	1.745	1.183	1.161	2.344	6.823
Dezembro.....	914	576	1.490	737	404	1.141	1.111	636	1.747	975	742	1.717	6.095
Totais por leituras.....	7.786	5.912	—	9.290	5.364	—	8.982	7.633	—	2.623	2.903	—	—
Totais por Bibliotecas....	13.698			14.654			16.615			5.526			
Total geral.....	50.493												

(a) — A leitura nocturna da Biblioteca do 2.º Bairro, foi inaugurada em 5 de Fevereiro de 1934.

(b) — A Biblioteca do Póço do Bispo, foi solenemente inaugurada em 17 e aberta ao público a 18 de Outubro de 1934.

72 Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais

Resumo da leitura em 1934:

1.º semestre:

Diarna	10.192	
Nocturna	6.003	
		16.195

2.º semestre:

Diarna	18.272	
Nocturna	16.026	
		34.298

<i>Total</i>	50.493	28.464 leitores de dia 22.029 leitores de noite

Movimento comparativo de leitores de 1931 a 1934

Bibliotecas	1931	1932	1933	1934
Central (a)	85	382	2.213	13.698
2.º Bairro	3.994	5.616	4.846	14.654
Alcântara (b)	—	—	3.460	16.615
Poço do Bispo (c)	—	—	—	5.526
<i>Totais</i>	4.079	5.998	10.519	50.493

(a) — Aberta ao público em 27 de Julho, e funcionando com leitura nocturna desde 3 de Julho de 1933.

(b) — Aberta ao público, com leitura diurna e nocturna, em 31 de Julho de 1933.

(c) — Aberta ao público, com leitura diurna e nocturna, em 18 de Outubro de 1934.

Movimento de espécies em 1934

Existência em 31 de Dezembro de 1933 67.345

Volumes entrados em 1934:

No 1.º semestre

2.670

No 2.º semestre:

Julho

178

Agosto

366

Setembro

117

Outubro

118

Novembro

1.224

Dezembro

113

2.116

4.786

Volames existentes em 31 de Dezembro de 1934 72.131

Museus Municipais de Lisboa

Museu Municipal (Palácio Galveias)

Espécies entradas por oferta, compra, incorporação e legado,
em 1934

Ofertas:

Da Escola Rodrigues Sampaio:

- Modelo das primeiras locomotivas que vieram para Portugal, oferecido por Luís Felipe, de França, ao rei português D. Fernando, marido de D. Maria II. Este modelo funcionou no antigo Passeio Público para puxar vagonetas transportando crianças, e mais tarde serviu de modelo na aula de mecânica elementar da Escola ofertante.

Da Ex.^{ma} Sr.^a D. Ione Effisia Rosalina Anedda:

- Dois retratos a bronze de D. Carlos e D. Amélia, executados por Elísio Anedda.

Do Ex.^{mo} Sr. João Marques:

- Aguarela da sua autoria, representando um *Trecho da Sé de Lisboa*.

Da Câmara Municipal de S. Tomé e Príncipe:

- Dois quadros a óleo representando D. Carlos e D. Luís Felipe.

Do Ex.^{mo} Sr. Marquês de Faria:

- Duas fotografias representando: Guerra Junqueiro e o Sr. Marquês de Faria, e a Sr.^a Marquesa de Sampaio.
- Duas chécaras de porcelana com pires, decoração policrómica, com as armas reais portuguesas.

De S. Ex.^a o Senhor M. Teixeira Gomes:

- Um baú de coiro, lavrado, estilo séc. xvii.
- Uma preguiçeira D. João V.
- Um banco em pau santo.

De Francisco Simões Antas:

- Prato de faiança com aspectos da cidade.

Legado:

De Chaby Pinheiro:

- Retrato de Chaby Pinheiro, com dedicatória e assinatura de mestre Carlos Reis (carvão).

Compra:

- Um quadro a óleo representando o Terreiro do Paço.

Do Ex.^{mo} Sr. Henrique Perdigão :

— Um exemplar de o *Dicionário Universal de Literatura* (bio-bibliográfico e cronológico), de Henrique Perdigão.

Do Ex.^{mo} Sr. João Saavedra Machado :

— Um exemplar de *O desenho e as mulheres no labôr artístico*, de Rafael Bordalo — exemplar n.º 10 da edição especial.

Da Ex.^{ma} Sr.^a D. Isabel Albuquerque :

— Um prato de faiança policromada da Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha, imitando musgo com cobra e lagarto. Diâmetro: 0,19. Fabrico de 1890.

Da Ex.^{ma} Sr.^a D. Julieta Ferrão :

— Um exemplar de o jornal *O Debate*, com a conferência de Jaime de Magalhães de Lima. *Camilo e a renovação do sentimento nacional na sua época.*

— Um folheto *A Lucinda Simões, na festa do seu cinquentenário artístico.*

De M.^{mo} Luiz Leitão :

— Um prato de faiança caldense policromada. (Fabrico antigo). Dimensões: 0,11 × 0,08.

— Um burro de faiança caldense policromada. Fabrico de M. Maíra. Dimensões: 0,14 × 0,13.

— Um leão de faiança caldense policromada. (Fabrico antigo). Dimensões: 0,07 × 0,07.

ÍNDICE

Ano IV — N.º 11

	Pags.
DIRECTRIZES.....	5
OS CRONISTAS DE LISBOA.....	6
RELAC,AM, EM QUE SE TRATA, E FAZ HÛA BREVE DEFCRIÇÃO DOS ARREDORES MAIS CHEGADOS À CIDADE DE LISBOA, & FEUS ARREBALDES, DAS PARTES NOTAEIS, IGREJAS, HERMIDAS, & CONUENTOS QUE TEM, COMEÇANDO LOGO DA BARRA, VINDO CORREDO POR TODA A PRAIA ATÈ ENXOBREGAS, & DAHI PELLA PARTE DE CIMA ATÈ SAÕ BENTO O NOUO.....	16
DOCUMENTOS DA BIBLIOTECA NACIONAL, RELATIVOS A LISBOA (CONCLUSÃO)....	34
ESTATÍSTICA DAS BIBLIOTECAS MUNICI-PAIS DE LISBOA	36

Capa (Anverso): — TRECHO DE PAINEL DE AZULEJO REPRODUZINDO A ILUMINURA DO REGIMENTO DE D. MANUEL AOS VEREADORES E OFICIAIS DA CÂMARA DE LISBOA (1502) — *Fábrica Constância* — *Cartão do prof. Leopoldo Battistini* — *Ornatos de Viriato Silva* — *Fotografia do Ex.º Sr. Comandante António José Martins.*

Ano IV — N.º 12

	Pags.
LUIÇA TODI	5
A RIBEIRA DAS NAUS	21
ESTATÍSTICA DAS BIBLIOTECAS MUNICI-PAIS DE LISBOA	30
MUSEUS MUNICIPAIS DE LISBOA.....	31

Capa (Anverso): — TRECHO DE PAINEL DE AZULEJO REPDODUZINDO A ILUMINURA DO REGIMENTO DE D. MANUEL AOS VEREADORES E OFICIAIS DA CÂMARA DE LISBOA (1502) — *Fábrica Constância* — *Cartão do prof. Leopoldo Battistini* — *Ornatos de Viriato Silva* — *Fotografia do Ex.º Sr. Comandante António José Martins.*

Ano IV — N.º 13

	Pags.
OS LIVROS DOS MORTOS	5
A CASA ONDE MORREU LUIZ DE CAMÕES..	10
AS TERMAS ROMANAS DA RUA DA PRATA, EM LISBOA.....	19
A CIDADE DE LISBOA E OS SEUS ESCRITORES E ARTISTAS.....	30

ESTAMPAS :

PLANTA DO EXTINTO MOSTEIRO DE SANT'ANA — PLANTA DO ACTUAL INSTITUTO BACTERIOLÓGICO CÂMARA PESTANA — CASA DE CAMÕES EM 1580 — SUPOSTA CASA DE CAMÕES EM 1880 — PLANTA E CÔRTEZ DAS TÊRMAS ROMANAS DEDICADAS A ESCULÁPIO.

Capa (Anverso): — TRECHO DE PAINEL DE AZULEJO REPRODUZINDO A ILUMINURA DO REGIMENTO DE D. MANUEL AOS VEREADORES E OFICIAIS DA CÂMARA DE LISBOA (1502) — *Fábrica Constância* — *Cartão do prof. Leopoldo Battistini* — *Ornatos de Viriato Silva* — *Fotografia do Ex.º Sr. Comandante António José Martins.*

	Pags.
UMA FESTA NO PALÁCIO DE QUELUZ EM 1795	5
COORDENAÇÃO INTERNACIONAL DAS ICONOGRAFIAS.....	10
VULTOS DA CIDADE.....	13
INAUGURAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DO PÓÇO DO BISPO	18
A COMEMORAÇÃO DA TOMADA DE LISBOA	26
O RESGATE DE LISBOA	27
ALVORECER DA PÁTRIA	36
EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DO TERREMOTO DE 1755 — I — AS CONSEQUÊNCIAS ECONÓMICAS DO TERREMOTO DE 1755, PELO SR. CONDE DE TOVAR	46
EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DO TERRE- MOTO DE 1755 — II — CONFERÊNCIA DO SR. DR. MANUEL MÚRIAS.....	58
ESTATÍSTICA DAS BIBLIOTECAS MUNICI- PAIS DE LISBOA	71
MUSEUS MUNICIPAIS DE LISBOA.....	73
MUSEU RAFAEL BORDALO PINHEIRO.....	75

ESTAMPAS:

CAPA DO MANUSCRITO «NARRAÇÃO DO SOLEMNE
BAPTISMO DO SERENÍSSIMO SENHOR D. AN-
TONIO PRINCEPE DA BEIRA». CELEBRADO NO
REAL PALACIO DE QUELUS. NO DIA 4 DE
ABRIL DO ANO DE 1795. — PROSPECTO DA
COLUMNATA ERIGIDA NO REAL PALACIO DE
QUELUS PARA O BAPTISMO DO SERENÍSSIMO
SENHOR DOM ANTONIO PRINCEPE DA BEIRA.
— PLANTA COM A EXPLICAÇÃO DE TODO O
ORNAMENTO COM QUE GUARNECERÃO AS
SALAS E COLUMNATA.

Capa (Anverso): — TRECHO DE PAINEL DE
AZULEJO REPRODUZINDO A ILUMINURA DO
REGIMENTO DE D. MANUEL AOS VEREADO-
RES E OFICIAIS DA CÂMARA DE LISBOA (1502)
— *Fábrica Constância* — *Cartão do prof.*
Leopoldo Battistini — *Ornatos de Viriato*
Silva — *Fotografia do Ex.º Sr. Coman-*
dante António José Martins.

SUMÁRIO

TEXTO:

UMA FESTA NO PALÁCIO DE QUELUS EM 1795, Artur da Motta Alves — COORDENAÇÃO INTERNACIONAL DAS ICONOGRAFIAS, Júlio Dantas — VULTOS DA CIDADE — INAUGURAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DO PÓÇO DO BISPO — A COMEMORAÇÃO DA TOMADA DE LISBOA — O RESGATE DE LISBOA, Hippólito Raposo — ALVORECER DA PÁTRIA — EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DO TERREMOTO DE 1755 — I — AS CONSEQÜÊNCIAS ECONÓMICAS DO TERREMOTO DE 1755, PELO SR. CONDE DE TOVAR — EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DO TERREMOTO DE 1755 — II — CONFERÊNCIA DO SR. DR. MANUEL MÚRIAS — ESTATÍSTICA DAS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA — MUSEUS MUNICIPAIS DE LISBOA — MUSEU RAFAEL BORDALO PINHEIRO.

GRAVURAS:

CAPA DO MANUSCRITO «NARRAÇÃO DO SOLEMNE BAPTISMO DO SERENÍSSIMO SENHOR D. ANTONIO PRINCIPE DA BEIRA», CELEBRADO NO REAL PALACIO DE QUELUS. NO DIA 4 DE ABRIL DO ANO DE 1795. — PROSPECTO DA COLUMNATA ERIGIDA NO REAL PALACIO DE QUELUS PARA O BAPTISMO DO SERENÍSSIMO SENHOR DOM ANTONIO PRINCIPE DA BEIRA. — PLANTA COM A EXPLICAÇÃO DE TODO O ORNAMENTO COM QUE GUARNECERÃO AS SALAS E COLUMNATA.

Capa (Anverso): — TRECHO DE PAINEL DE AZULEJO REPRODUZINDO A ILUMINURA DO REGIMENTO DE D. MANUEL AOS VEREADO-

RES E OFICIAIS DA CÂMARA DE LISBOA (1502) — *Fábrica Constância* — *Cartão do prof. Leopoldo Battistini* — *Ornatos de Viriato Silva* — *Fotografia do Ex.^{mo} Sr. Comandante António José Martins.*



Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais

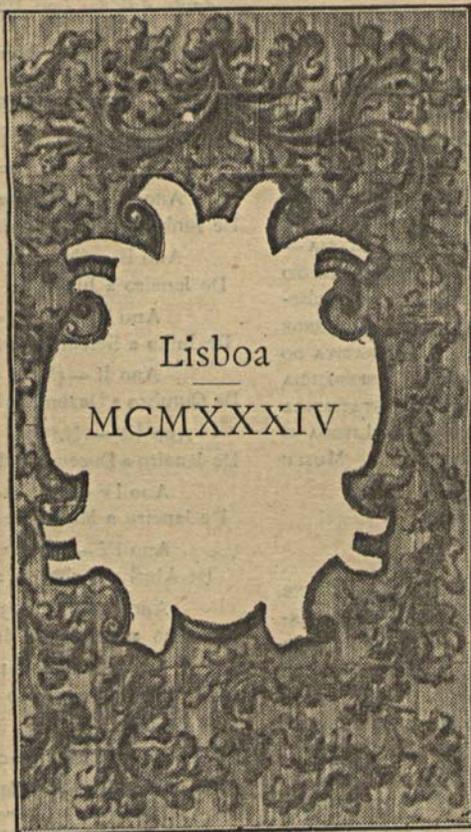
- Ano I — (N.^{os} 1 e 2 — 182 pags.)
De Junho a Dezembro de 1931 — **Esc. 10\$00**
- Ano II — (N.^{os} 3 e 4 — 97 pags.)
De Janeiro a Junho de 1932 — **Esc. 10\$00**
- Ano II — (N.^o 5 — 25 pags.)
De Julho a Setembro de 1932 — **Esc. 7\$00**
- Ano II — (N.^o 6 — 48 pags.)
De Outubro a Dezembro de 1932 — **Esc. 7\$00**
- Ano III — (N.^{os} 7 a 10 — 76 pags.)
De Janeiro a Dezembro de 1933 — **Esc. 25\$00**
- Ano IV — (N.^o 11 — 36 pags.)
De Janeiro a Março de 1934 — **Esc. 7\$00**
- Ano IV — (N.^o 12 — 32 pags.)
De Abril a Junho de 1934 — **Esc. 7\$00**
- Ano IV — (N.^o 13 — 37 pags.)
De Julho a Setembro de 1934 — **Esc. 7\$00**
- Ano IV — (N.^o 14 — 78 pags.)
De Outubro a Dezembro de 1934 — **Esc. 7\$00**
- Por assinatura:

Prêço de cada número — **Esc. 7\$00**

Um ano — **Esc. 25\$00**

SOUSA MARTINS — *In Memoriam* — **Esc. 40\$00**

DEPOSITÁRIOS EM TODO O PAÍS:
Livraria Rodrigues & C.^a
RUA DO OURO, 188 — LISBOA



Lisboa

MCMXXXIV